

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**  
**INICIADA NO DIA 11 DEZEMBRO DE 2007.** -----  
----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E DOIS** -----

----- No dia 11 de Dezembro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Pedro Alexandre Valente

de Assunção, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rodolfo Knapic, Carlos Alberto Rebelo Costa, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos, António da Conceição Tavares, José Marcelino Carvalho, Manuel da Costa Salema, Sílvia Mota Lopes, Fernando Manuel Catarino Narciso, Rui Manuel Santos Matos Alves, América da Conceição Ribeiro de Almeida Coelho, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Miguel Martins Agrochão, João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Filipe António Osório de Almeida Pontes e João Augusto Martins Taveira -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Vasco Valdez (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- David Valente (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino, na impossibilidade dos suplentes imediatamente a seguir na lista, João Martins Vieira e Gonçalo Melo de Sampaio, que comunicaram não poderem comparecer. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Marta Rebelo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal América Almeida Coelho. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiães, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro e Pedro Lopes, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Carlos Andrade (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, comunicou não poder estar presente. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Joaquim Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- João Neves Ferro (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Lapa, por José Marcelino Carvalho. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Rodolfo Knapic.-----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz dos Santos. -----

----- João Martins Ferreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, por Manuel da Costa Salema. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Paulo Quaresma (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, por Miguel Martins Agrochão. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar a Vereação, os Senhores Deputados Municipais e os Senhores funcionários, abriu, nos termos regimentais, o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. António Sotana Catarino**, morador na Rua Pedro Bandeira, nº 4 – 3º eqº, 1750-217 Lisboa, leu o abaixo-assinado que a seguir se transcreve, e que no final da leitura entregou na Mesa: -----

----- “Assunto: Terminal de camionetas junto ao interface do Campo Grande. -----

----- Os cidadãos abaixo-assinados e nas páginas seguintes, especialmente os que residem nas imediações do terminal e os que transitam por ali constantemente, sentem-se deveras preocupados e desconfortados com a demora da decisão de retirar deste local, de uma vez por todas, o terminal das centenas de camionetas que ali entram e saem diariamente, com a agravante de, quando paradas, manterem os motores em funcionamento. -----

----- A libertação dos gases pelos escapes, nomeadamente o CO2, para a atmosfera e/ou directamente para as narinas das pessoas, provocam muito mau estar que nos leva a considerar tratar-se da zona de Lisboa mais poluída e com qualidade de vida muito deficiente para todas as pessoas. -----

----- Historicamente, a localização destes terminais de camionagem esteve sempre determinada pela distensão da rede metropolitana originando os seus afastamentos para as periferias da cidade, o que, infelizmente, não sucedeu neste fatídico local do Campo Grande, não havendo explicações para isto. -----

----- Foi público, e todos nós esperávamos, que na altura da inauguração do troço do Metro do Campo Grande para Odivelas, seria este terminal transferido para junto das estações do Senhor Roubado e de Odivelas, onde foram reunidas as condições necessárias para o efeito. -----

----- Lamenta-se que depois de tanto tempo ainda não tivesse aparecido alguém com a coragem de decidir esta transferência, libertando, assim, não só do aspecto da poluição mas também dos engarrafamentos de trânsito desde a fatídica Calçada de Carriche, Av. Padre Cruz e Alameda das Linhas de Torres que atravessa o centro da Freguesia do Lumiar, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida a toda esta freguesia. -----

----- Acresce que nas imediações da estação do Senhor Roubado existe uma extensa área livre e árida, para além do parque já construído, e praticamente sem residências para as pessoas. -----

----- Consta-se que estão a construir um parque alternativo junto ao actual, mais propriamente nos terrenos do antigo Estádio de Alvalade, onde se prevê novas construções, o que consideramos uma autêntica aberração. -----

----- Esperamos que não se confirmem estes rumores, porque não retira, de forma alguma, os malefícios já apontados, e agrava outras iniciativas. -----

----- Ficamos esperando por uma decisão rápida e a contento dos nossos anseios.” -----

----- **O Sr. Pedro Rodrigues**, morador na Estrada da Luz, nº 134 – 6º dtº, 1600-162 Lisboa, disse que falava em representação dos sócios e amigos do Grémio Lisbonense, a mais antiga associação cultural e recreativa de Lisboa, que teve uma ordem de despejo em Julho deste ano, a qual foi adiada por recursos e requerimentos que ainda estavam em curso, e o Grémio nessa altura já estava a funcionar com uma nova dinâmica trazida por alguns jovens que começaram a fazer novas actividades naquele espaço. -----

----- Disse que no último ano o Grémio fizera dezenas de novos sócios, centenas de actividades para crianças, jovens, adultos e pessoas de mais idade, debates, projectos educativos, música, teatro, vídeo, dança, pintura, *workshops*, algumas actividades de apoio social como, por exemplo, a relação com organizações de apoio aos sem-abrigo, portanto era uma associação que neste momento tinha uma dinâmica muito forte. -----

----- Por isso, era importante defender a associação da ameaça de despejo que pendia sobre ela, e a Câmara podia fazer alguma coisa. Por exemplo, podia intervir estabelecendo um diálogo com os proprietários e a Direcção do Grémio, podia definir o edifício histórico como um edifício a proteger, podia defender a sua utilidade pública. Aliás a história do Grémio estava feita e constava de um livro publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, no tempo do Presidente Dr. João Soares. -----

----- Disse, ainda, que o Grémio Lisbonense se situava na Baixa, ali mesmo virado para o Rossio, um local simbólico e isso tinha também importância, não era apenas mais uma associação. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara, tanto quanto sabia, já se comprometera a arranjar uma solução, mas era importante que isso tivesse consequências práticas, porque era urgente que o edifício fosse reabilitado e recuperado para que se mantivesse essa nova dinâmica cultural, artística e de intervenção na Baixa da cidade. Se nada se fizesse estariam a fazer uma cidade esvaziada culturalmente, uma Baixa emparedada, estariam a defender talvez uma Baixa de luxo mas o mais provavelmente a Baixa da especulação e não a da riqueza da vida e da cultura de Lisboa. Isso era o contrário do que todos apregoavam e sabiam ser necessário: a revitalização da Baixa lisboetas de que tanto se falava e todos prometiam. -----

----- Concluiu dizendo que brevemente entregariam documentação à Comissão de Urbanismo para a defesa do edifício, porque era urgente defender, neste momento, a situação do Grémio Lisbonense. -----

----- **O Sr. Miguel Ângelo Reis de Sousa**, morador na Estrada de Chelas, n.º 113, 1900-150 Lisboa, falando em representação dos trabalhadores da EMARLIS, leu a exposição que a seguir se transcreve: -----

----- “Carta aberta dos funcionários da EMARLIS, aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e aos Senhores Líderes das bancadas da Assembleia Municipal. -----

----- Após a extinção da EMARLIS – Empresa Municipal de Águas Residuais de Lisboa, E.M., na Assembleia Municipal pela Deliberação n.º 31/AML/2007, foi proposto em Reunião de Câmara (proposta n.º 386/2007) e deliberado em Assembleia Municipal (Deliberação n.º 39/AML/2007) a liquidação da EMARLIS. Nesta deliberação consta que o Gestor Liquidatário da EMARLIS, segundo a alínea h) do ponto 3, deverá pagar as dívidas aos credores e as indemnizações que, eventualmente, nos termos da lei, sejam devidas aos trabalhadores e aos administradores cessantes da EMARLIS. Faz também referência na alínea g) do mesmo ponto, que o Gestor Liquidatário da EMARLIS poderá contrair empréstimos necessários à efectivação da liquidação, nos termos que vierem a ser definidos pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Até à presente data, a Câmara Municipal de Lisboa não definiu directrizes quanto à resolução deste problema, nem está a cumprir com o que ficou definido na Proposta de Câmara n.º 242/2007, nomeadamente na alínea b), em que menciona claramente “salvaguardar a situação dos trabalhadores, sem prejuízo dos seus direitos legais, procurando, para tal, o acordo com outras entidades, como as empresas municipais e a SIMTEJO”. Até hoje não fomos informados pela Câmara Municipal de Lisboa nem temos conhecimento das devidas diligências que o Município já fez em tentar encontrar soluções alternativas para integrar os funcionários da EMARLIS noutras instituições. Actualmente somos 5 funcionários que estão numa situação de precariedade financeira e desmotivação profissional muito grande. -----

----- As nossas preocupações aumentaram quando o Gestor Liquidatário da EMARLIS nos informou que, a empresa, não tem capacidade financeira para pagar os vencimentos aos funcionários, no mês de Dezembro, bem como o respectivo subsídio de Natal. -----

----- Continuamos na empresa e cumprimos o nosso horário de trabalho à espera que nos resolvam este problema. É profundamente constrangedor para todos nós, além de termos que enfrentar todas estas incertezas profissionais, vermo-nos na contingência de não podermos honrar os nossos compromissos financeiros, pois ao ficarmos sem o nosso ganha-pão não podemos fazer face às nossas despesas, inclusive ficamos incapacitados para continuar a pagar a prestação de uma casa. ----

----- Também nos foi dito pelo Gestor Liquidatário da EMARLIS, que a Câmara Municipal de Lisboa, está ciente de toda esta situação e certamente encontrará uma solução a breve prazo. Queremos acreditar que a Câmara Municipal de Lisboa vai agir de boa-fé na resolução deste problema! -----

----- Actualmente o Gestor Liquidatário diz aguardar a todo o instante orientações da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de definir o momento da notificação da situação de despedimento por extinção do posto de trabalho. -----

----- Queremos chamar a atenção da Câmara Municipal de Lisboa para o facto de estarmos a ser duplamente penalizados. Para além de não recebermos as retribuições financeiras que nos são devidas, enquanto não recebermos a notificação de despedimento não podemos socorrer-nos do fundo de desemprego para assim tentar minimizar os graves problemas financeiros que advêm da nossa situação laboral. ----

----- Assim, apelamos à Câmara Municipal de Lisboa que actue com a maior celeridade na resolução de todos estes problemas.” -----

----- **O Sr. José Benjamim**, morador na Rua Costa do Castelo, n.º 23, disse que é bailarino da Companhia de Dança de Lisboa e que a Companhia foi despejada das suas instalações. Para si, como artista que era, magoava muito ver que numa cidade tão bela como Lisboa se destruísse uma instituição tão importante como era a Companhia de Dança de Lisboa. -----

----- Disse que a Companhia estava há muito tempo sem trabalhar na cidade porque não lhe era permitido trabalhar. Têm trabalhado em Cabo Verde, nos Açores e noutros sítios, mas não lhe era permitido trabalhar em Lisboa. -----

----- Pessoalmente achava muito mau a Câmara ter despejado a Companhia porque, como estrangeiro, veio para Lisboa para trabalhar com a Companhia e agora estava na rua sem trabalho, sem ter que comer e sem nada. E não era só ele, eram vários bailarinos. -----

----- Por isso, estava a pedir o apoio da Câmara para que arranjasse instalações a fim da Companhia poder continuar o seu trabalho. Enfim, que se fizesse qualquer coisa porque o que foi feito foi muito mau por parte da Câmara. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Assembleia, do ponto de vista humano, se associava a todas essas situações de dificuldade, e iria inteirar-se, junto da Câmara, dos procedimentos adoptados. -----

----- Seguidamente, terminada a intervenção do público, deu este período por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** começou por informar que tinham seis moções e quatro recomendações, já distribuídas, para apreciação e votação, e também um voto de pesar, apresentado pelo PSD, com o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “No passado dia 24 de Novembro faleceu, nos arredores de Cabul, o militar pára-quadista Sérgio Miguel Vidal Oliveira Pedrosa, que se encontrava no desempenho de funções no contingente português integrado na força multinacional da NATO no Afeganistão (ISAF). -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 11 de Dezembro de 2007, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento do militar pára-quadista Sérgio Miguel Vidal Oliveira Pedrosa e apresentar sentidas condolências à sua Família, guardando um minuto de silêncio.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do referido militar. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- **Cimeira UE-ÁFRICA** -----

----- “Realizou-se no último fim-de-semana, em Lisboa, dias 8 e 9 de Dezembro, sob a égide da Presidência Portuguesa da União Europeia, a Cimeira União Europeia-África. -----

----- Este acontecimento, a par da Cimeira EU-Brasil e do Acordo do Tratado de Lisboa, constituiu um momento de consagração do sucesso da Presidência Portuguesa. -----

----- Lisboa, capital europeia, cidade multicultural e cosmopolita, vê assim o seu nome associado a marcos decisivos para o sucesso da integração europeia e do seu relacionamento com os povos e países de outros continentes. -----

----- Assim, -----

----- Considerando a visibilidade causada pela importância deste evento e o protagonismo alcançado pela Cidade de Lisboa a nível planetário; -----

----- Considerando que esta Cimeira marcou um novo rumo nas relações estratégicas entre a UE e ÁFRICA; -----

----- Considerando que os acordos alcançados permitirão reforçar o multilateralismo e as acções estratégicas dos dois continentes e um plano de acção conjunto de parcerias; -----

----- Considerando o reforço do prestígio de Portugal, da diplomacia portuguesa e da Cidade de Lisboa; -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor a esta Assembleia Municipal que delibere: -----

----- 1. Congratular-se pela realização desta cimeira em Lisboa e saudar a União Europeia, o Estado Português, a Diplomacia Portuguesa e todos os participantes pelos resultados alcançados. -----

----- 2. Manifestar a convicção que depois da Cimeira de Lisboa está aberta a possibilidade de um futuro de desenvolvimento sustentado da Paz, e Progresso dos Direitos Humanos para os povos africanos, que em parceria com os cidadãos europeus contribuirão para um mundo melhor. -----

----- 3. Saudar igualmente os cidadãos africanos em geral, e em particular os provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que aqui vivem e trabalham na Cidade de Lisboa, contribuindo com o seu esforço para o desenvolvimento e cosmopolitismo multicultural da nossa cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

### ----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- A Cimeira Europa-África face às políticas de imigração -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. A cidade de Lisboa acolheu, nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2007, a Cimeira União Europeia-África, dos Chefes de Estado e de Governo; -----

----- 2. Em Lisboa, como em todas as metrópoles europeias, residem e vivem muitos milhares de cidadãos oriundos dos países africanos em condições muito precárias; ----

----- 3. Uma das exigências desta Cimeira era, entre outras, definir as linhas de orientação política em matéria de imigração; -----

----- 4. Tal orientação incidiu, na sua totalidade, apenas na gestão dos fluxos migratórios, deixando de lado, os problemas de ordem sócio-económica e política dos imigrantes africanos que vivem na Europa e que, continuam confrontados com os maiores problemas de vulnerabilidade social face à ineficácia das políticas de inclusão social e à ausência de direitos políticos; -----

----- 5. Os cidadãos imigrantes são alvo de múltiplas discriminações que impedem o efectivo acesso à igualdade de oportunidades (vão desde as restrições legislativas ao racismo); -----

----- 6. A recomendação do Parlamento Europeu de 2005, reconhecia que “as disparidades muito grandes nas disposições institucionais no acesso à nacionalidade nos Estados membros, podem constituir uma fonte de discriminação entre os residentes que são nacionais de países terceiros ou apátridas dependendo do Estado membro”; -----

----- 7. As políticas de imigração da União Europeia fragilizam a Democracia ao restringir o direito à igualdade de oportunidades e de tratamento dos cidadãos imigrantes; -----

----- 8. O contributo dos cidadãos imigrantes para a riqueza económica, linguística e cultural da cidade de Lisboa, é um património comum de todos os lisboetas e como tal, merece uma melhor atenção da parte do Município e de todos os órgãos municipais na construção de uma cidade cosmopolita; -----

----- 9. A tomada de posição de largos sectores da sociedade civil, desde a Igreja às associações de imigrantes e de defesa dos direitos humanos, passando pelas ONG’S de intervenção social, apelando para uma mudança de paradigma na definição das políticas de imigração; -----



----- 10. O Poder Local é, por excelência, um poder de proximidade que deve criar as condições de participação de todos os cidadãos, incluindo os cidadãos imigrantes residentes na nossa cidade; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 11 de Dezembro de 2007, delibere: -----

----- 1. Recomendar à CML que desenvolva, através do Conselho Municipal da Imigração e das Minorias Étnicas já em funcionamento, mecanismos de participação efectiva na vida política dos cidadãos estrangeiros residentes em Lisboa; -----

----- 2. Retomar a decisão de promover, neste Fórum, um amplo debate com as organizações de imigrantes e com intervenção social nesta área, no sentido de ouvir os imigrantes e as suas organizações e apoiá-los na procura de soluções para os diversos problemas com que este sector da sociedade se confronta; -----

----- 3. Recomendar junto do Governo a alteração do quadro jurídico actual no sentido de assegurar o efectivo reconhecimento do exercício de cidadania, alargando o direito de voto aos cidadãos imigrantes residentes; -----

----- 4. Saudar as diversas mobilizações e acções alternativas promovidas pela sociedade civil, ocorridas na Cidade de Lisboa, em simultâneo com a realização da cimeira oficial Europa/África.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE) -----

### **MOÇÃO NÚMERO TRÊS**

----- Trabalhadores avençados da CML -----

----- “1. Considerando que mais de uma centena de trabalhadores com contratos de Avença da Câmara Municipal de Lisboa foram notificados sobre o término do seu contrato de Avença no fim deste mês; -----

----- 2. Considerando as deliberações já tomadas por esta Assembleia Municipal de que todos os trabalhadores avençados cujo contrato configure um contrato de trabalho camuflado devem ser integrados no quadro privado de pessoal e não despedidos; -----

----- 3. Considerando a deliberação desta Assembleia Municipal que esta devia ser informada pormenorizadamente através da sua Comissão Permanente de todos os casos em que se mandassem cartas de cessação de contratos de Avença para todo o processo ser transparente; -----

----- 4. Considerando que nos trabalhadores que receberam carta de cessação do contrato de avença existem vários casos que, comprovadamente, configuram contratos de trabalho camuflado; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 11 de Outubro de 2007 delibere: -----

----- Solicitar, com carácter de urgência, ao Vereador dos Recursos Humanos uma reunião com a Comissão de Finanças e Património, para ser informada com exactidão de todos este processo, por forma a garantir a sua transparência e o cumprimento de que todos os contratos de Avença que configurem contrato de trabalho camuflado não serão despedidos, bem como que será iniciado todo o processo de integração destes no Quadro Privado de Pessoal da CML antes da discussão e votação do Orçamento de 2008, conforme deliberação deste Assembleia Municipal por unanimidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “As trabalhadoras e os trabalhadores da Cidade de Lisboa bem como do País assistiram a mais uma farsa, na última semana. Na negociação suplementar o Governo manteve a sua atitude arrogante e irredutível face às legítimas reivindicações sindicais, como o fez durante todo o processo negocial. -----

----- A inflação de 2,1% prevista pelo Governo para 2008, não corresponde às previsões avançadas pela UE e pela OCDE que apontam para 2,4% e 2,6%, respectivamente. -----

----- A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública propôs ao Governo uma revisão intercalar no caso de se verificarem valores da inflação acima dos 2,1%, o que não foi aceite. -----

----- Esta atitude do Governo não é consentânea com o que afirmou quando remeteu para 2009, caso isso se viesse a verificar. Porquê 2009 e não 2008 (essa revisão intercalar) quando os trabalhadores e aposentados são mais um ano fortemente penalizados? -----

----- No que concerne às cidadãs e cidadãos aposentados da Administração Pública, o Governo aumentou a comparticipação dos descontos para a ADSE em 0,5%, em 2007, só que em vez de descontar 12 meses como faz com os trabalhadores no activo, descontou 14 meses. O que isto indicia é que pretenderá aplicar esta mesma “receita” desta vez aos trabalhadores no activo. É injusto. É inaceitável quer para os trabalhadores no activo, quer para os que já estão aposentados. -----

----- Perante a dimensão e profundidade destas políticas lesivas dos direitos das e dos trabalhadores, o Grupo Municipal do PCP, propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 11 de Dezembro de 2007, delibere: -----

----- 1. Reclamar ao Governo a reposição do poder de compra das trabalhadoras e dos trabalhadores da Administração Pública, tendo em consideração os 10% que perderam nos últimos 5 anos; -----

----- 2. Exigir o descongelamento das carreiras destas e destes trabalhadores; -----

----- 3. Devolver às cidadãs e cidadãos aposentados o que lhes é devido para que o seu poder de compra seja também repostos; -----

----- 4. Enviar esta moção aos Órgãos de Soberania, nomeadamente, Presidente da República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Governo.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “Atendendo que: -----

----- 1. a Assembleia Municipal de Lisboa seguiu e participou, desde início, na realização da EXPO’98 e na concretização da componente urbana do Parque das Nações e no ordenamento da zona oriental da Cidade; -----

----- 2. fê-lo através dos colóquios de que foram publicadas as conclusões, visitas às obras e realização de reuniões com responsáveis e população interessada; -----

----- 3. o Parque das Nações constitui hoje uma zona urbana viva e estabilizada, representativa da capacidade de “fazer cidade” e já incluída no património urbanístico do país; -----

----- 4. passada uma década parece oportuno fazer um balanço dos aspectos negativos e positivos da operação; -----

----- E para tal, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 11 de Dezembro de 2007, dentro das suas atribuições de fiscalização, manifesta o seu interesse em acompanhar a evolução da situação do Parque das Nações, nomeadamente nas vertentes urbanística, social e de acessibilidades, solicita ao Executivo Municipal informação sobre a situação actual do conjunto urbano do Parque das Nações, nos seguintes aspectos: -----

----- - Transferência da gestão urbana sobre o domínio público da área de intervenção da EXPO 98 e seus Planos de Pormenor e tutela do espaço do público; -----

----- - Valores em dívida por parte do Município em consequência de responsabilidades assumidas; -----

----- - Repartição da responsabilidade administrativa a nível local de um território com características unitárias de planeamento e ocupação repartidas por dois municípios; ---

----- - Desvios que tenham ocorrido, em termos de densidades, volumetrias, programação funcional, ocupação e uso do espaço público em relação ao planeamento inicial e sua justificação; -----

----- - Desvios que tenham ocorrido na relação população – necessidades de equipamento previstas; -----

----- - Listagens de deficiências detectadas referentes a equipamentos e acessibilidades e propostas de resolução.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Silva Dias, do PCP) -----

#### **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa adoptou, este ano, o processo de orçamento participativo; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa iniciou, este ano, reuniões públicas descentralizadas nas Freguesias da Cidade; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa (AML), reunida em 11 de Dezembro de 2007, delibera: -----

----- 1. Que a Câmara Municipal de Lisboa apresente à AML, para efeitos de debate do orçamento para 2008, os resultados, quantitativos e qualitativos, do processo do orçamento participativo, nomeadamente número de entidades convidadas, número de entidades presentes e questões colocadas, entre outros elementos de informação.

----- 2. Que a Câmara Municipal de Lisboa apresente, à AML, até 15 dias depois da sua realização, informação quantitativa e qualitativa sobre as reuniões públicas descentralizadas nas Freguesias, nomeadamente nº de munícipes presentes, questões por estes colocadas e respostas dadas pelo Executivo na própria reunião ou remetidas para momento posterior. -----

----- 3. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a AML dos custos decorrentes das iniciativas referidas em 1. e 2., designadamente em publicidade. -----

----- 4. Que a Câmara Municipal de Lisboa publicite a informação constante dos números anteriores no respectivo sítio da Internet.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Festivais de música no Parque da Bela Vista -----

----- ‘Rock in Rio’ e ‘Creamfields’ -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa anunciou ter chegado a acordo com a organização do Festival ‘Rock in Rio Lisboa’ para a assinatura de um protocolo que prevê a realização daquele evento na capital portuguesa em 2008 e 2010, protocolo esse que deverá ir a reunião de Câmara e vir à Assembleia Municipal de Lisboa para aprovação. -----

----- Considerando que, segundo a comunicação social, fonte da CML indicou que, nos dois anos em questão, o Festival se realizará, como até agora, no Parque da Bela Vista. -----

----- Considerando que a terceira edição deste Festival, agendada para 30 e 31 de Maio e 6, 7 e 8 de Junho de 2008, vai envolver um investimento total de 25 milhões de euros, de acordo com declarações do vice-presidente da organização do evento, e que, dessa verba, a organização vai investir 19 milhões de euros na estratégia de comunicação da edição do próximo ano, dos quais 12,8 milhões são garantidos pelos patrocinadores do evento. -----

----- Considerando os actuais impactes do ‘Rock in Rio Lisboa’ no local onde é realizado, quer na qualidade do espaço verde e seu usufruto pelos cidadãos, quer pelo ruído que afecta os moradores das zonas envolventes, perturbando o seu sono e descanso. -----

----- Considerando o exemplo de Espanha, em que o “Rock in Rio Madrid” não será organizado num jardim da cidade, mas antes num parque temático criado para o efeito. -----

----- Considerando que quando a CML acordou a organização do Festival ‘Creamfields’, também no Parque da Bela Vista, foi estabelecido um protocolo com a Smart Events que colocou a exigência de pagamentos de contrapartidas por parte da promotora do Festival. -----

----- Considerando que no âmbito da organização do Festival ‘Creamfields’ foi constituída uma Comissão de Acompanhamento, para fazer um levantamento da situação no local pré e pós evento. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Torne público, desde já, o acordo com a organização do ‘Rock in Rio’ 2008/2010, ponto por ponto; -----

----- 2. Informe esta Assembleia quanto ao que foi e o que não foi cumprido no âmbito do protocolo de 2004 e 2006 com a organização do ‘Rock in Rio’; -----

----- 3. Informe esta Assembleia quanto ao que foi e o que não foi cumprido no âmbito do protocolo com a Smart Events para a organização do ‘Creamfields’; -----

----- 4. Tome as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes dos protocolos anteriores, incluindo a permanência de 7 jardineiros e a instalação de vigilância permanente; -----

----- 5. Promova a constituição de uma Comissão de Acompanhamento do ‘Rock in Rio Lisboa’, que inclua elementos designados pela Junta de Freguesia, associações de moradores, do Observatório do Parque da Bela Vista, entre outros; -----

----- 6. Proceda ao estudo de locais alternativos para a eventual realização de futuros festivais desta natureza e dimensão, que não passem por jardins e parques da cidade, evitando-se desta forma impactes negativos na qualidade destes espaços e respectivo usufruto pelos cidadãos.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “É conhecido o papel que a Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional – VITAE desempenha na cidade de Lisboa, no apoio às pessoas sem abrigo. -----

----- Este apoio não passa apenas pelo alojamento nocturno, alimentação e higiene de 270 utentes, mas também pela prestação de cuidados médicos e de enfermagem, como são exemplo os 84.293 atendimentos realizados em 2006, nas valências de enfermagem, medicina e medicina dentária. -----

----- A recuperação e inserção social dos utentes do Centro passam também pela sua ocupação diária, o que não tem sido possível por falta de instalações. -----

----- Os valores do protocolo existente desde 1999, assinado entre a Associação, a CML e a Segurança Social nunca foram revistos, o que tem agravado a já difícil situação vivida pela VITAE. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 11 de Dezembro, que recomende à CML: -----

----- 1. que desenvolva esforços no sentido de encontrar um espaço adequado para a ocupação diária dos utentes, com vista a uma verdadeira reinserção social; -----

----- 2. que promova reuniões com as entidades subscritoras do protocolo iniciado em 1999 a fim de rever os valores protocolados no sentido da sua actualização.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Considerando o roubo, ocorrido em instalações da Comunidade Vida e Paz, de produtos alimentares e peças de roupa, que faziam parte de donativos recolhidos por esta instituição e destinados aos sem-abrigo da cidade de Lisboa, a serem distribuídos por ocasião do Natal, -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 11 de Dezembro de 2007, delibera recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apoie, excepcionalmente, esta iniciativa, permitindo que a mesma se realize nos moldes previstos. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

#### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS-A** -----

----- Comunidade Vida e Paz -----

----- “Considerando o recente assalto ao armazém da Associação de apoio aos sem-abrigo de Lisboa – Comunidade Vida e Paz; -----

----- Considerando que os bens e alimentos furtados tinham como fim a respectiva distribuição nos Jantares de Natal a organizar por esta Associação; -----

----- Considerando o apelo de solidariedade, por parte da Associação, para que os Jantares de Natal possam ser organizados, -----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibera: -----

----- Convidar os Senhores Deputados Municipais a doar a senha de presença atribuída nesta reunião de 11 de Dezembro de 2007 à Comunidade Vida e Paz, a fim de contribuir para a organização dos Jantares de Natal para os sem-abrigo de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Pedro Pinto, do PS) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. No decurso deste Mandato Autárquico, a Câmara Municipal de Lisboa, em conjugação com o esforço governamental de aumentar o número de horas de presença assistida das crianças nas Escolas Básicas da cidade, alargando o âmbito das suas competências através do Enriquecimento Curricular, desenvolveu um Programa complementar designado por Componente de Apoio à Família (CAF), dependente apenas de modesta contribuição familiar. -----

----- 2. Este Programa permitiu a abertura precoce das Escolas Básicas às oito horas da manhã para acolhimento dos alunos e assistência e acompanhamento das crianças por Monitores e Animadores com formação específica até às dezanove horas durante todo o Ano Escolar. -----

----- 3. A mesma assistência das 8 às 19 horas foi assegurada durante as Pausas Lectivas, ou seja nas habitualmente chamadas Férias de Natal e Páscoa e noutros períodos de pausas tradicionais como o Carnaval, a que acresceu a partir de Junho, um mês de presença escolar não lectiva, num total anual de 45 a 50 dias úteis além dos 180 dias escolares. -----

----- 4. A este apoio prestado às Famílias segue-se o chamado Praia-Campo Infantil, Programa de elevado esforço da Câmara Municipal levado a efeito com a colaboração directa e activa das Juntas de Freguesia, que decorre durante parte dos meses de Julho e Agosto, passando as crianças aos cuidados permanentes das suas Famílias apenas e aproximadamente no período de Férias anuais dos seus Encarregados de Educação. -----

----- 5. A Componente de Apoio à Família em período lectivo e não lectivo, assim como a participação nos Programas de Verão são uma opção das Famílias dos alunos, ao contrário do Enriquecimento Curricular governamental que implica presença obrigatória, compensando a Câmara Municipal quanto à contribuição familiar para o CAF, o diferencial relativo às Famílias inscritas no Sistema de Apoio Social Escolar (SASE). -----

----- 6. Esta Acção Social conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia que a ela se associaram, aproximadamente 23, acrescida do Enriquecimento Curricular nas Escolas Básicas, representou a primeira vez que em décadas se assistiu

a uma desoneração efectiva dos Orçamentos Familiares, por deixar de ser essencial a normalmente dispendiosa inscrição nos chamados Tempos Livres (ATL), no caso mais habitual de os Encarregados de Educação estarem sujeitos a obrigações laborais em horário normal. -----

----- 7. Os Serviços da Câmara Municipal de Lisboa ligados à Educação e Juventude, têm vindo porém a informar as Freguesias da intenção de passar no próximo ano civil a aplicar um sistema/fórmula de compensação às Juntas, que contempla apenas uma hora de acolhimento nos 180 dias úteis lectivos, independentemente das Escolas poderem necessitar por óbvias questões de segurança da presença de mais de um Monitor, acrescida da referida compensação do diferencial SASE e provisão adicional para materiais de consumo e desgaste. -----

----- Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, reunidos em Sessão Extraordinária no dia 11 de Dezembro de 2007, deliberam, para que não se corra o risco das Juntas ficarem impossibilitadas financeiramente de prestar este importante Serviço Público, recomendar à Câmara que com a necessária urgência: -----

----- 1. Reveja para este Ano Lectivo de 2007/2008, quaisquer critérios de compensação dos custos da Componente de Apoio à Família que não tenham como base a segurança das crianças, a prevalecer sobre todas e quaisquer outras considerações, tanto durante o Acolhimento como no Período Complementar até às dezanove horas. -----

----- 2. Inclua nesse critério, sistema ou fórmula, a cobertura dos custos do referido Período Complementar das 17H00 às 19H00, efectuado pelo número de Monitores necessários ao número de crianças inscritas no CAF, definindo também de forma inconfundível a razão mínima Monitores/Alunos para essas actividades de tempos livres. -----

----- 3. Acresça a esse montante o cálculo relativo às onze horas diárias durante as Interrupções Lectivas, necessariamente prestadas pelo número de responsáveis pelas crianças, segundo a mesma Razão Mínima. -----

----- 4. Efectue as transferências para as Juntas em prestações trimestrais, concretizando-as até 30 (trinta) dias após o início do trimestre subsequente. -----

----- 5. Considere para o próximo Ano Lectivo de 2008/2009, a eventual e directa candidatura das Juntas de Freguesia que prestam o serviço do CAF para integrar ou efectuar a gestão do Enriquecimento Curricular nas Escolas sitas nessa Freguesia ou para as quais seja significativa a proporção de crianças oriundas dessa Freguesia, de forma a permitir o desenvolvimento de actividades extracurriculares, dentro ou fora da Escola, que necessitem de mais largo período de tempo para a sua concretização útil e sejam desejadas pelas Famílias.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João de Magalhães Pereira, do PSD) ---

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que tinha que assinalar o facto de, ao fim de cerca de cinco meses de actividade da Câmara Municipal de Lisboa, não estarem presentes nesta reunião o Sr. Presidente nem o Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Depois, sobre as moções apresentadas, começou por aludir à Moção n.º 6, do seu Grupo Municipal, relativa ao orçamento participativo e às reuniões públicas descentralizadas nas freguesias da cidade, dizendo que era importante que a Assembleia Municipal conhecesse em pormenor a realidade concreta dessas duas iniciativas. -----

----- Em termos de orçamento participativo, disse que era importante saber qual o nível de adesão que a sociedade civil teve para com essa iniciativa, que tipo de questões foram colocadas para efeitos de Orçamento do Município para 2008, quais dessas sugestões foram contempladas pela Câmara no Executivo, e perceberem tudo isso face ao universo de entidades convidadas a estar presentes. -----

----- Isto porque, de acordo com informações que foram tendo, as duas primeiras reuniões relativas ao orçamento participativo tiveram uma participação muito, muito, muito reduzida das forças vivas da Cidade de Lisboa. Portanto, era preciso perceber se esse mecanismo estava a funcionar, se estava adaptado à cidade e se a cidade se reconhecia nele. A Assembleia não poderia deixar de ser informada sobre isso. -----

----- Também essa inovação, que era de alguma maneira pouco consentânea com o regime legal de distribuição de competências entre as autarquias locais, Freguesia e Câmara Municipal, de o Município realizar reuniões descentralizadas nas freguesias, repetindo, duplicando, uma função que a lei atribuía, em primeira e decisiva instância, às Juntas de Freguesia. Portanto, era preciso saber o que era que estava a nascer desse tipo de iniciativas promovidas pela coligação PS/BE. -----

----- Por exemplo, saber que número de munícipes das freguesias envolvidas nas várias reuniões, estavam a corresponder a esse desafio do Município e que tipo de respostas o Município esta a dar às questões que os munícipes iam colocando. -----

----- Por outro lado, era também importante a Assembleia Municipal perceber em que medida o início de uma prática, que ia contra o que estava regulado entre competências das Juntas e da Câmara Municipal, estava a beneficiar a cidade ou se não teria apenas um determinado tipo de objectivo, o de interferir na gestão das freguesias. -----

----- Para além de tudo isso, era também extremamente importante saberem qual o investimento, nomeadamente em publicidade, que era feito nessas duas iniciativas, com papeis, brochuras e publicidade inscrita na comunicação social, que a Câmara tinha profusamente distribuído e que tem alimentado alguns órgãos de comunicação social. -----

----- Portanto, a Assembleia Municipal deveria estar conhecedora dessas matérias para poder fazer um juízo, que não fosse apenas daquilo que parecia, mas também daquilo que era. -----

----- Sobre a Recomendação que fizeram relativamente à Comunidade Vida e Paz, disse que ela naturalmente se impunha neste momento, na medida em que essa Comunidade estava confrontada com um problema premente resultante do facto de ter sido roubado todo o espólio que tinha acumulado, através de donativos, para fazer a Festa de Natal para os sem-abrigo na Cidade de Lisboa. E, nessa medida, a Assembleia Municipal não poderia ficar insensível a uma situação pontual



excepcional, e como tal recomendar à Câmara que apoiasse a Comunidade Vida e Paz permitindo que ela pudesse realizar o jantar do Natal para os sem-abrigo, em Lisboa. -

----- Disse que o PS, *a posteriori*, apresentara também uma Recomendação sobre esta matéria, que o PSD só poderia ler como ficando uma intenção da Assembleia Municipal, naturalmente que dependente da vontade concreta, individual e insubstituível, de cada Deputado Municipal em ceder a sua senha de presença nesta reunião como donativo à Comunidade Vida e Paz. -----

----- Em relação às moções apresentadas por outros partidos que não o PSD, disse que se associavam à saudação à Cimeira União Europeia-África e àquilo que podia ocorrer de positivo para o continente africano, das iniciativas que um país como Portugal ia conseguindo capitanear em termos europeus, as duas únicas cimeiras realizadas tiveram o cunho português. Portanto, associavam-se a essa Moção do PS depois de terem feito um acordo de acção. -----

----- Em relação à Moção do BE sobre a mesma temática orientada para as políticas de imigração, disse que não poderiam acompanhar o BE nos pontos 3 e 4, nomeadamente na recomendação em que fosse alargado – aliás, nem se dizia em que sentido, em que termos, até onde – o direito de voto aos cidadãos imigrantes residentes, sendo que, como era sabido, eles já tinham o direito de voto em determinadas situações. -----

----- Quanto à Moção do BE relativa aos trabalhadores avençados da Câmara, não sabia se iria ser ali votada como tal, de qualquer maneira o problema mantinha-se candente. Todos os Grupos Municipais receberam com certeza, que não da Câmara Municipal de Lisboa – continuava em incumprimento a Moção ali aprovada por unanimidade – quer do Sindicato, quer de trabalhadores individualmente considerados, os seus processos individuais. Portanto mantinha-se uma questão candente que a Câmara teria que resolver na legalidade, mas também no respeito pelas expectativas de trabalhadores e pelas deliberações unanimemente consagradas na Assembleia Municipal. A Câmara continuava em falta com a prestação de informação detalhada sobre os critérios das dispensas, das não renovações desses trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Critérios, naturalmente, que estivessem para além dos meros critérios de aplicação da lei. -----

----- No tocante à Recomendação n.º 1, do PEV, sobre os festivais de música no Parque da Bela Vista, Rock in Rio e Creamfields, disse que o PSD estava de acordo com todos os pontos, com excepção da constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Rock in Rio Lisboa, porquanto entendiam que existiam Comissões na Assembleia Municipal que tinham capacidade, tinham área de competência para se pronunciarem e acompanharem esse processo. -----

----- No entanto, não deixava de relevar e fazer lembrar que, ao contrário do que sucedera no passado com outras organizações desse tipo, nomeadamente com o Rock in Rio, ainda não tivesse visto ali partidos que agora estavam no poder na Câmara, nomeadamente o PS e o BE, exigirem, com a ferocidade que exigiam ao Executivo anterior, o conhecimento atempado, atempadíssimo, atempadoiro, dos protocolos e daquilo que regulava a relação do Município com os promotores desses festivais. Por isso, registavam, mais uma vez, que não havia coerência nesta maioria municipal, que

quando estavam na oposição exigiam tudo e quando estavam no poder não exigiam nada para si. Portanto, não havia coerência no Executivo municipal, e isso tinha que ser denunciado, ali, hoje, nesta situação concreta como em muitas outras que não deixariam de denunciar, desde logo no decurso dos próprios trabalhos de hoje. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que era significativo que a primeira intervenção do PSD, feita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, fosse para manifestar uma preocupação, até uma crítica, para uma iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa que visava muito simplesmente aproximar quem foi eleito dos eleitores. -----

----- De facto, o PSD escolhera para criticar, hoje, uma iniciativa louvável que era a descentralização das próprias reuniões do Executivo, inventando uma espécie de sobreposição em relação às funções das Juntas de Freguesia. Como era sabido, a Câmara Municipal tinha reuniões públicas para ouvir os cidadãos, que se realizavam, há anos, centralizadamente nos Paços do Concelho e, portanto, decidira dar uma oportunidade para que mais cidadãos se pudessem exprimir perante as políticas e a acção governativa do Executivo. E sendo uma coisa que entendiam que seria de aplaudir por parte de todos, inclusive por parte do PSD, não compreendiam que o PSD não tivesse escolhido outra coisa se não vir criticar essa mesma iniciativa. -----

----- Ainda por cima, porque não eram reuniões do Presidente da Câmara, que tinha todo o direito de o fazer com os cidadãos eleitores, mas eram reuniões do Executivo. Estiveram lá, foram todos! Na primeira reunião que foi feita estavam lá também os Vereadores eleitos pela oposição. -----

----- Portanto, este era um acto que era importante registar, que era importante saudar e que seria interessante o PSD cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo que votara a favor da proposta para essa iniciativa. -----

----- E a mesma coisa se passava também em relação ao orçamento participativo. Aliás, tinha que dizer ao Deputado Municipal Saldanha Serra que o facto de não ter existido e de nunca ninguém ter tido a vontade política de o fazer, não queria dizer que agora não se pudesse registar o início de um novo processo, que com certeza teria que ser melhorado, teria que ser aperfeiçoado, que com certeza até poderia ir beber de outras experiências que se faziam há mais anos noutros sítios do mundo, até na vizinha Espanha, mas que foi um processo que nunca ninguém fizera e agora estava a ser feito. -----

----- E era curioso também que o PSD tivesse escolhido criticar uma iniciativa que envolvia mais cidadania e mais participação dos cidadãos eleitores. -----

----- Aliás, a intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra até estava a fazer vacilar o sentido de voto do PS em relação à Moção que o PSD apresentara. É que por aquilo que leram na referida Moção entenderam-na com um espírito construtivo, e depois a intervenção que ouviram foi nitidamente de espírito destrutivo, de desconfiança, que não se devia fazer porque era sobrepor, porque era diminuir o papel das Juntas de Freguesia, porque se gastava muito dinheiro, quando esta iniciativa, ao fim e ao cabo, aproximava os eleitos daqueles que os elegeram, que era algo digno de realçar e com o qual todos deviam estar de acordo. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que alguns dos presentes, sobretudo os gerontes, lembrar-se-iam dos colóquios e reuniões que na Assembleia Municipal se realizaram a propósito da EXPO'98, e inclusivamente os livros que foram publicados pela Assembleia. Dessas recordações salientou algumas impressões: -----

----- A primeira, fornecida por uma afirmação do Presidente da Junta de Andaluzia, convidado pela Assembleia Municipal para falar da experiência da Exposição de Sevilha, que disse que fazer uma exposição era fácil, o pior era o dia depois. E foi verdade que, após a saída do último visitante e apagadas as luzes, a Ilha da Cartuxa, em Sevilha, era um monte de sucata. -----

----- Mais avisados foram os portugueses, lisboetas, porque em relação à EXPO'98 passara-se o dia seguinte, o mês seguinte, o ano seguinte e, no próximo ano, a EXPO faria dez anos. De tal forma isso foi conseguido, poderiam orgulhar-se de ter acertado, que inclusivamente o Parque das Nações soubera receber, com hospitalidade e segurança, uma Cimeira importantíssima realizada em Lisboa. -----

----- A segunda impressão, vinha de uma frase que o Comissário da EXPO, Eng.º Cardoso e Cunha tivera, ainda nas instalações da Assembleia Municipal na Rua Teixeira de Pascoais, quando disse que a Exposição teria um custo zero para o erário público. -----

----- Mas já nas actuais instalações da Assembleia, frequentemente ouviam dizer que o montante das dívidas da Câmara resultava, em grande parte, de dívidas, até chamadas facturas ocultas, em relação à entidade promotora da Parque-Expo. Era no sentido de esclarecer essa questão que o PCP apresentava a Moção n.º 5. -----

----- Disse que era notória e reconhecida a justeza e a modernidade da metodologia utilizada na feitura da EXPO, desde as alternativas da localização, o rigor da análise, que em alternativas tão díspares como ser em Belém ou ser na Doca dos Olivais, conseguira, pela justeza dos argumentos, furtar-se a uma polémica que poderia ser eterna. Foi também notável o processo de selecção de projectistas, através de concursos públicos, e de construtores. -----

----- Poder-se-ia dizer, e isso era invulgar, que a ideia passara pura do projecto para a realidade. -----

----- No entanto, essa pureza parecia estar afectada pelos males do imobiliário. Havia volumetrias e implantações que se alteravam, havia densidades que cresciam, havia funções que tardavam em entrar em funcionamento, e até a praga dos condomínios fechados parecia encostar-se nos terrenos à volta da Exposição. -----

----- Por isso, o receio então infundado de que a relação população/exigências de equipamento era pouco generosa, avara mesmo, agravava-se com o vazio do centro de saúde ou com a insuficiência gritante do equipamento escolar. -----

----- Não foi então detectada uma polémica que hoje afectava o quotidiano dos habitantes da zona, concretamente o facto do território do Parque das Nações ser repartido por duas autarquias sem diálogo. -----

----- O recente episódio das antenas de comunicações espalhadas, sem critério, pelo espaço público, e a atitude imediatamente tomada por cada uma das Câmaras em

relação aos protestos da população, era sintomático dessa situação de haver duas cabeças a mandar sobre o mesmo território e sobre a unidade desse mesmo território. -  
----- Portanto, era no sentido de esclarecer todos esses aspectos, que o PCP submetia à Assembleia Municipal a Moção n.º 5. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que ia transmitir as posições do BE relativamente ao conjunto de moções que estavam em discussão, começando então por referir que a Moção n.º 3, referente aos trabalhadores avançados da Câmara, se se concretizasse a calendarização de uma reunião prevista e aprovada pela Assembleia Municipal, antes da votação do Orçamento, marcada para o dia 18 de Dezembro, com o Sr. Vereador dos Recursos Humanos ... -----

----- **A Senhora Presidente**, interrompendo o orador, informou, a propósito do que acabava de ser dito, que o Sr. Vereador acabara de disponibilizar as datas, alternativas, de 17 ou 20 de Dezembro, no caso do dia 17 pelas 18:30 horas, com a Comissão. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, prosseguindo, agradeceu a informação da Sra. Presidente, e acrescentou que tal significava que o objectivo dessa Moção, que era, sobretudo, acelerar a calendarização dessa reunião, ficava prejudicado com a marcação da reunião, mas não prejudicado, porém, no conteúdo da Moção, que, se necessário, voltaria a ser reactualizado na Assembleia. -----

----- Depois, sobre a Moção relativa ao orçamento participativo, apresentada pelo PSD, disse que o BE achava curioso que o PSD tivesse adoptado um perfil político um pouco imprevisível cada vez que tratava um assunto político nos últimos tempos. Ouvira os responsáveis do PSD, numa reunião pública do orçamento participativo, dizer cobras e lagartos do processo, aparentemente numa posição de considerarem que aquelas reuniões, nomeadamente a que houve cinema São Jorge, se não era uma comédia era próximo disso, considerando também que aquilo, inclusivamente, seria um risco para a democracia representativa, tal como estava a ser conduzido pela Câmara Municipal. -----

----- Mas agora o PSD apresentava uma Moção em que admitia, como positivo, a realização dessas reuniões, o que configurava o tal novo perfil político a que já os habituaram na reunião anterior, de promover, sempre que tinha oportunidade, uma cambalhota política quando se tratava de um assunto político sério. -----

----- Mais uma vez o PSD recomendava uma série de decisões à Assembleia com as quais o BE estava completamente de acordo, achavam que toda a informação do orçamento participativo era, por definição, pública, porque senão não era participativo, obviamente. Portanto, estavam totalmente de acordo com tudo aquilo que o PSD propunha que a Câmara fizesse. Toda a publicidade, o máximo de transparência, o máximo de rigor deveria ser adoptado desde o princípio pela Câmara Municipal, relativamente ao orçamento participativo. -----

----- E se a Câmara, desta vez, ainda não tivera possibilidade de fazer um orçamento participativo a sério, teria com certeza tempo, espaço, ideias e propostas para o fazer com cabeça, tronco e membros no Orçamento para 2009. Esperavam e desejavam que isso acontecesse. -----

----- Portanto, estavam obrigados, politicamente, a votar a favor de todos os pontos dessa Moção sobre o orçamento participativo, mas estavam completamente contra os pressupostos com que o PSD fazia essa Moção. O PSD fazia essa proposta, pela voz do seu líder na intervenção que fizera, com o objectivo de criar dificuldades, de expor, eventualmente, os aspectos negativos que teriam existido nessas reuniões do orçamento participativo. E o BE achava que esses aspectos serviam mais como ensinamentos para o futuro do que propriamente como arma de arremesso contra o orçamento participativo. -----

----- Por conseguinte, estavam perante uma situação um bocadinho paradoxal! Estavam de acordo com todos os pontos propostos na Moção, mas absolutamente contra que se utilizassem essas propostas como arma de arremesso contra o processo do orçamento participativo, que começara agora e que o BE esperava que tivesse longa vida na Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto às moções relativas à Cimeira União Europeia-África, disse que o BE desde já requeria que a Moção do PS fosse votada ponto por ponto, entre outras coisas porque, ao contrário do PS, o BE não achava que essa Cimeira tivesse produzido quaisquer resultados. Foi uma Cimeira mais para a foto de família que se costumava fazer nessas cimeiras, que propriamente para resultados. -----

----- Aliás, o único resultado que a União Europeia queria que essa Cimeira aprovasse, era, infelizmente, impor o garrote dos chamados acordos de cooperação económica aos países africanos, garrote esse que foi, e muito bem, liminarmente rejeitado por vários países que se recusaram a assinar esses ditos acordos de cooperação económica ou de cooperação estratégica. -----

----- Infelizmente, houve países africanos que já o fizeram, mas não podia deixar de ser ali recordado a todos os presentes, que, por várias vezes, a União Europeia ameaçara a data de 31 de Dezembro como sendo a data limite para que os países africanos pudessem aceder a medidas ditas de cooperação económica, que mais não eram do que medidas estratégicas que procuravam salvaguardar mercados e recursos potenciais ou outros que existiam na África, em proveito das empresas e dos sectores privados europeus, contra, evidentemente, a concorrência de sectores privados de outros países, nomeadamente americanos. -----

----- Por essa razão, não achavam que se pudessem regozijar com os resultados da Cimeira, desde logo estavam contra, e achavam também que fazia sentido dizer-se que não era com este tipo de cimeiras e com este tipo de acordos de parceria estratégica, que seria possível assegurar, como se dizia na Moção do PS, um futuro desenvolvimento sustentado pela paz e respeito pelos Direitos Humanos para os povos africanos. -----

----- Não era com este tipo de parcerias que os cidadãos europeus poderiam contribuir para um mundo melhor, mas seria, isso sim, com o reconhecimento político dos direitos que os imigrantes deviam ter na comunidade portuguesa, pois, ao contrário do referido pelo líder do PSD, os direitos dos imigrantes em Portugal eram direitos extremamente limitados e apenas se aplicavam aos países que davam reciprocidade de direitos a Portugal. -----

----- E, como era sabido, eram apenas dois os países africanos em que isso acontecia, porque em relação a todos os outros, incluindo os países africanos de Língua Oficial Portuguesa, os imigrantes não tinham o direito de voto que o Deputado Municipal Saldanha Serra referira. Não tinham direito de voto nas autarquias, não tinham direito a ser eleitos, e o BE achava que os imigrantes, a partir do momento em que eram cidadãos residentes, pagavam os seus impostos e contribuía para o bem-estar social em que viviam, teriam de ser cidadãos de pleno direito, incluindo o direito serem eleitos e votar em todas as eleições: autárquicas, legislativas, presidenciais, europeias, fosse onde fosse os direitos dos imigrantes tinham de ser plenos do ponto de vista da sua capacidade eleitoral activa e passiva -----

----- Disse que entendia perfeitamente que o PSD quisesse votar contra a Moção do BE, mas esse era, provavelmente, um dos pontos fortes da Moção que propunham à Assembleia. -----

----- Por outro lado, propunham também que a Assembleia não ignorasse as iniciativas alternativas que se realizaram na Cidade de Lisboa, e que coincidiram, no tempo, com a Cimeira União Europeia-África, iniciativas essas que eram importantes porque constituíam uma oportunidade para muitos cidadãos dos países africanos virem à Europa e poderem dizer da sua justiça, quer relativamente ao sentido e orientação política dos acordos que a União Europeia, infelizmente, defendia para a cooperação, quer relativamente aos direitos que os imigrantes não tinham, infelizmente também, ainda na União Europeia. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que ia fazer algumas referências às moções e recomendações apresentadas, que, nalguns casos, reflectiriam a posição que o CDS-PP anteriormente manifestara na Assembleia Municipal. -----

----- Começando pela Moção n.º 1, apresentada pelo PS, relativamente à Cimeira União Europeia-África, disse que o CDS-PP congratulava-se, como era óbvio, com a realização desses acontecimentos, que consideravam positivos para a Europa em geral e para Portugal em particular. No entanto, relativamente às conclusões da Cimeira, esperavam que elas efectivamente fossem o caminho para a paz e para o progressivo reconhecimento da defesa dos Direitos Humanos e que não resultassem apenas de meras intenções que depois não fossem concretizadas. Esse era, efectivamente, o receio do CDS-PP. -----

----- Por outro lado, queriam deixar ali uma referência ao PS, que, ao apresentar essa Moção, efectivamente mostrava, mais uma vez, que parte do partido, ou pelo menos o Eng.º Sócrates, estavam deslumbrados com a vida política internacional, mas o que esperavam era que o Sr. Eng.º José Sócrates não se esquecesse que era Primeiro-Ministro de Portugal e que tinha que governar Portugal para os portugueses. -----

----- Sobre a Moção n.º 6, apresentada pelo PSD, relativamente ao orçamento participativo, disse que consideravam extremamente importante o que nela era pedido. E consideravam importante a resposta que fosse retirada dessas questões porque, em primeiro lugar, o orçamento participativo – e o CDS-PP queria deixar bem clara a sua posição quanto a ele – não podia ser visto como um meio supremo porquanto estavam

numa democracia representativa, tinham órgãos eleitos, órgãos que tinham que decidir, órgãos a quem cabia definir a política autárquica, e eram esses órgãos que tinham que decidir. -----

----- Agora, nada impedia, como era óbvio, que fossem auscultadas as populações, que fossem ouvidas as instituições, que fossem ouvidas nomeadamente as Juntas de Freguesia. Uma coisa era certa: dessas audições, dessas participações, tinham que ter conhecimento dos resultados que delas saíam. Tinham que ter conhecimento de quem foi ouvido, como era que foi ouvido e como era que aquilo que foi proposto foi ou não aceite pelo Executivo camarário e o que se iria reflectir ou não no próximo orçamento.

----- E também gostariam que o Executivo informasse, nomeadamente, das propostas e recomendações formuladas pelos Presidentes de Junta o que foi considerado, ou não, para o Orçamento de 2008. -----

----- No tocante à consulta para a elaboração da Proposta de Orçamento, disse que no momento em que a maioria e o PS esteve tão empenhada no orçamento participativo, desejava deixar bem claro que o Estatuto da Oposição impunha, também, que os partidos da oposição fossem ouvidos nesse processo. O CDS-PP registava, desde já, com agrado, o contacto do Sr. Vereador das Finanças estabelecido há pouco tempo com o seu Grupo Municipal no sentido de lhes disponibilizar o Orçamento, sendo certo que essa audição deveria ter sido prévia à apresentação pública. Não obstante, quando tivessem o Orçamento iriam analisá-lo e endereçar ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador aquilo que eram as propostas do CDS-PP para 2008, quer a nível do Orçamento, quer a nível do Plano de Actividades. -----

----- Sobre a Recomendação n.º 1, apresentada pelo PEV, disse que há dois anos consecutivos que o CDS-PP manifestava na Assembleia Municipal apreensão e preocupação pela forma como eram concedidos os apoios a esse tipo de iniciativas. Por um lado, entendiam que a isenção de taxas era uma má política, a que acrescia, ainda, a falta de informação sobre o montante das taxas que seriam devidas e que acabavam por não ser cobradas, e, por outro, também alertaram, e continuavam a alertar, para o facto dos restantes apoios concedidos pela Câmara, não só a nível financeiro mas também a nível material e humano, não serem concretizados nas propostas que em anos anteriores vieram à Assembleia Municipal. -----

----- E já que os partidos que hoje governavam a Câmara, o PS e o BE, nos últimos anos foram tão críticos de propostas semelhantes que surgiram na Assembleia Municipal, exigindo tanto às maiorias anteriores sobre a sua formulação, esperavam, porque outra coisa não seria de esperar face à posição que assumiram quando eram oposição, que agora que eram maioria trouxessem atempadamente à Assembleia Municipal as propostas dos acordos e as propostas dos apoios, para que a Assembleia as pudesse aprovar antes de eles serem concedidos e assim cumprir o papel que tinha no âmbito da actuação autárquica, até para que a Assembleia não se visse, mais uma vez, confrontada com o facto de ter que aprovar uma mera evidência já aprovada pelo Executivo camarário. Mas estavam certos que o Sr. Presidente da Câmara e o seu partido, que tanto criticara isso em anos anteriores, pudesse este ano fazê-lo de forma diferente. -----

----- No tocante à Recomendação n.º 3, apresentada pelo PSD, e também à Recomendação posteriormente apresentada pelo PS sobre a mesma matéria, a n.º 3-A, disse que a entrega, ou não, das senhas de presenças dos Deputados Municipais era um acto meramente individual, cada um decidiria se faria ou não. Certamente que o PS, se apresentava num órgão deliberativo uma proposta com o teor daquela que apresentara, sendo Executivo e tendo maioria na Câmara, com certeza iria dar cumprimento à Recomendação do PSD e naturalmente estaria em condições de informar a Assembleia sobre qual o apoio que iria dar à iniciativa que motivara a apresentação das recomendações. -----

---- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, aludindo à Recomendação n.º 1, apresentada pelo seu Grupo Municipal, disse que gostariam de recordar que o Parque da Bela Vista era um grande parque urbano que fazia parte integrante do chamado Parque Oriental, a maior mancha verde dessa zona da cidade, cuja recuperação se devia à equipa do Vereador do Ambiente que, em 2001, levava a cabo o projecto de reabilitação daquele espaço. -----

----- Ali se começaram a realizar, desde 2004, grandes festivais de música como o Rock in Rio e também o Creamfields, com impactes que originavam consequências negativas, entre as quais, o ruído que afectava os habitantes da zona envolvente; a interdição de acesso ao público em geral durante vários dias; e as inevitáveis agressões sobre uma estrutura natural que não foi criada para a realização de tais espectáculos. -----

----- Esses grandes festivais deviam ser organizados, enquanto importantes eventos culturais, em espaços adequados para a sua realização. Era o caso da vizinha Espanha, onde o “Rock in Rio Madrid” não seria organizado num jardim da cidade, mas antes num parque temático criado para o efeito nos arredores da cidade, em Arganda del Rey. -----

----- Disse que o Parque da Bela Vista poderia, em alternativa, ser valorizado com projectos mais de acordo com as suas características de espaço natural, como o Experimentário da Bela Vista. Esse seria um equipamento inovador no País, podendo incluir um atelier de artes plásticas e de música, um centro de recursos de saúde mental infantil, e um centro cultural infantil, oferecendo iniciativas como um parque aventura “descubra a natureza”, brinquedos móveis, e cafetaria num corpo novo, a criar de raiz. -----

----- Reconhecendo, parcialmente, esta realidade, embora não lhe dando a efectiva resposta necessária, os protocolos efectuados com as entidades organizadores do Creamfields e do “Rock in Rio” exigiriam contrapartidas para a cidade. Entidades essas que aliás, e no caso do Rock in Rio, iam gastar elevados montantes apenas na estratégia de comunicação – 19 milhões num total de 25 milhões de investimento. -----

----- Importava, portanto, conhecer tais protocolos, desde já, e saber o que foi e não foi cumprido no seu âmbito. -----

----- Especificamente quanto ao ponto 5 da Recomendação, gostariam de lembrar ao líder do Grupo Municipal do PSD que o anterior Executivo trabalhara em conjunto



com uma Comissão de Acompanhamento do recente Festival Creamfields, e com resultados satisfatórios. -----

----- Se, apesar de tudo, o PSD não estivesse de acordo com o pressuposto desse ponto 5, o PEV proporia então à Mesa que os restantes pontos pudessem ser votados em conjunto, para garantir um menor dispêndio de tempo da Assembleia. -----

----- Portanto, entendiam que seria importante que fosse criada uma Comissão de Acompanhamento para o Rock in Rio que fizesse um levantamento da situação no local pré e pós evento. -----

----- E importava também, desde já, pensar num local alternativo para a realização desses grandes festivais de música, local que não devia ser um jardim da cidade, de modo a evitarem-se, assim, os seus impactes negativos sobre estes espaços e a qualidade de vida dos moradores das redondezas e usufruto, em pleno, dos cidadãos em geral. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que ia agora repetir o que já na reunião da Assembleia Municipal de 14 de Novembro e também no debate sobre o Estado da Cidade e noutras intervenções sucessivas tinha vindo a afirmar, sem que quaisquer resultados práticos tivessem sido alcançados. -----

----- Por isso, pedia a benevolência da Sra. Presidente para que pudesse repetir tais factos. -----

----- Efectivamente, a Câmara não ouvia os apelos dos cidadãos sobre a capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia, como órgão por excelência do Poder Local Democrático, e dizia bem quando referia Poder Local Democrático e não Poder Autárquico, parecendo agora claro que para a Câmara a existência desse Poder Local se tornava altamente incomodativo, pois que, por todas as vias, das mais recônditas possível às mais recusadas, procedia à minimização desse Poder Local e tentava o seu desprestígio. -----

----- Era assim que se fazia uma sessão de orçamento participativo, sem nada participado, nem sequer participantes, sessões de Câmara em associações de cultura e recreio a tratar de assuntos que eram da competência das Assembleias de Freguesia, mas, sobretudo, a sucessiva asfixia financeira das Juntas Freguesia em cada verba, em cada delegação de competências, em cada transferência. -----

----- Disse que a Câmara estava bem ciente que a componente de Apoio à Família, lançada no ano transacto, tivera uma elevada repercussão social devido à efectiva desoneração dos orçamentos das famílias, mas parecia agora querer mudar as regras a meio do jogo, que era como quem dizia a meio do ano lectivo, e reduzir o critério de cálculo da compensação para as Juntas de Freguesia, de forma a que não cobrisse sequer as despesas. Chegava ao ponto de admitir como horas de presença de monitores e animadores, apenas durante o acolhimento das 8 às 9, e nesse só para uma pessoa independentemente do facto dessa escola necessitar ou não de duas pessoas. Não contava, portanto, as horas das 17:30 às 19 nem as horas das interrupções lectivas. Nada disso era contado para o cálculo da compensação. -----

----- Referiu que a Recomendação n.º 4, apresentada pelo PSD, pretendia que a Câmara repusesse o realismo dos números e que, de uma vez por todas, deixasse de se eximir à definição clara de qual o número máximo de crianças que nessas actividades pudesse estar à guarda de um só monitor ou animador. -----

----- Era completamente diferente, em termos financeiros, se com 10 ou 20 crianças em ATL era necessário um ou dois animadores. Eram mais “x” horas de trabalho ao longo do ano, que se visse bem a diferença enorme que tal coisa dava. Portanto, era necessário definir esse índice, que no seu entender era um para dez embora durante as aulas pudesse ser de um para vinte, mas era necessário que a Câmara definisse qual pretendia para, a partir daí, fazer os cálculos nesse sentido. -----

----- Por isso, era necessário que fossem usadas regras claras, simples e transparentes. Aliás, não fazia mais do que recuperar o critério do ano anterior e estabelecer assim, e também, um prazo razoável para as transferências. -----

----- Continuando, disse que alguns pormenores técnicos dessa Recomendação poderiam, evidentemente, ser passíveis de melhoria ou de adequação, mas tal só se poderia fazer no diálogo, e diálogo não parecia ser a via mais agradável à Câmara para tomar qualquer decisão. -----

----- Lembrou que em 2004, 2005 e 2006, as verbas de transferência directa para as freguesias, vulgo FEF-Câmara, mantiveram-se sempre estáveis, correspondendo, portanto e desde logo, à diminuição da inflação. Isto é, só pela via da inflação elas próprias foram diminuindo, não obstante, em cada uma das leis e à medida dos orçamentos, as despesas salariais e de funcionamento terem correspondentemente crescido. Já aí um prejuízo directo na forma em que as Juntas podiam actuar! -----

----- Mas em 2007 e por via da aplicação da nova Lei das Finanças Locais, essas verbas foram reduzidas em mais 5%, que era um prejuízo a acrescentar à taxa de inflação. E já não chegava isso, em 2008 elas tornaram a ser reduzidas em 5%! Ou seja, em quatro anos a redução atingia números da ordem dos 15% a 20%. -----

----- Isto para já não falar do obscuro dos critérios que presidiram à sua fixação inicial, que tanto quanto se via não era variável nem com a população, nem com os eleitores, nem com os fogos, nem sequer com a área administrativa. A não ser que tivesse a ver com os partidos, mas isso partia do princípio que não. -----

----- O que sabiam com certeza era que o FEF que vinha directamente do Estado para as Juntas de Freguesia cobria exclusivamente os custos de funcionamento geral, mas tinha também diminuído na mesma proporção ao longo dos anos. O que sabiam também, era que no início da descentralização de competências as Juntas levaram a cabo os seus próprios equipamentos, com meios e funcionários, para levar a cabo a implantação do Poder Local Democrático, estabelecendo, nessa altura, os quadros de pessoal, passando então a transferir-se para as Juntas o chamado FEF-Câmara. -----

----- Só que agora reduziam-se as transferências enquanto se obrigava a aumentar os custos, a aumentar os salários, e isso só poderia ser entendido como vontade de asfixia do Poder Local Democrático. -----

----- Mas parecia que tudo isso não chegava, parecia que o desconforto da Câmara com esse poder democrático era tal que se pretendia agora pôr a funcionar os

Presidentes de Junta à moda antiga, retirando-lhes a única via de incentivar a Câmara Municipal a descentralizar as competências, através do crivo da aprovação do Orçamento camarário. -----

----- Imaginando-se que hoje era o primeiro dia do próximo futuro, qual seria a verba total do empréstimo que a Câmara teria obtido? Mais ou menos do que 500 milhões de euros? E o Orçamento incluiria transferências e descentralizações? Provavelmente não incluiria! Os Presidentes de Junta seriam meros funcionários da Câmara, aliás sem que ela lhes tivesse que pagar. Portanto, como referira, à moda antiga. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém Roseira (PS)**, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 2, relativa à Cimeira Europa-África face às políticas de imigração, disse que o Grupo Municipal do PS, genericamente revia-se nos considerandos da Moção. Hoje era um dado adquirido, em todas as forças políticas, o facto de que os imigrantes contribuíssem para o desenvolvimento de um país, e se havia uma riqueza grande que tinham era precisamente o facto de Portugal também ter sido um País de emigrantes, porque, tendo-o sido, podia agora recolher, numa perspectiva diferente, os povos de outras nacionalidades que procuravam Portugal. -----

----- Disse que relativamente aos pontos 1 e 2 da Moção, aquilo que era proposto era correcto, aliás numa linha do que vinha sendo a política do actual Governo mas já iniciada também noutros Governos. -----

----- Entendia que o Alto Comissariado para as Minorias Étnicas, que vinha mantido alguma estabilidade em termos de protagonismo, tinha também conduzido e levado a cabo um conjunto de acções que se pautavam muito por uma concepção humanista forte, que muito tem contribuído para a imagem forte integradora que pretendiam ter relativamente aos imigrantes. A própria Lei da Imigração, recentemente aprovada e que foi concebida pelo então Ministro da Administração Interna, hoje Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, previa soluções para a regularização da situação de imigrantes que eram consideradas muito avançadas no contexto da política europeia, designadamente as relativas ao agrupamento familiar e à regularização de filhos de imigrantes que se encontravam a estudar em Portugal, independentemente de grandes e pesadas burocracias como em muitos países era tradicional exigir. E o facto da Presidência Portuguesa também ter dado muita importância às questões da imigração em algumas das suas áreas sectoriais. -----

----- E sublinhava, especificamente, a questão da saúde porque era uma área muito sensível, ela própria costumava dizer que a saúde não tinha vocação para ser administração interna, devia acolher as pessoas e devia ter uma atitude, como, aliás, foi assumido, no sentido de ir ter com os imigrantes para evitar o receio dos não regularizados irem ter com as estruturas de saúde, porque sendo estruturas de saúde oficiais poderiam recear alguma atitude menos acolhedora e, sobretudo, que levasse a medidas de autoridade e não medidas de acolhimento na abordagem da saúde. -----

----- De resto, as conclusões do Conselho da Presidência Portuguesa, tanto quanto sabia, iriam incluir alguns parágrafos precisamente sob os imigrantes e saúde. -----

----- Quanto ao ponto 3 da Moção, disse que a sua formulação, muito vaga, escondia realidades muito diferentes. Escondia que havia uma relação diferente entre os

imigrantes que falavam português e os que não falavam. Por exemplo, de entre os que falavam português havia acordos, designadamente com o Brasil, que eram específicos, havia projectos também relativamente aos imigrantes da área da CPLP ligados ao próprio estatuto da CPLP e, portanto, parecia-lhes que votando a favor os pontos 1 e 2 que não seria adequado dar um acordo de princípio a essa formulação porque ela era extremamente vaga e era, sobretudo, uniformizadora de uma realidade que continha em si muitas distinções e muitas *nuances* que não eram irrelevantes. -----

----- Por tudo isso, saudava, genericamente, o aparecimento dessa Moção, estavam de acordo com os pontos 1 e 2 e votá-los-iam em conformidade, agradecendo aos proponentes, sobretudo nesta época tão oportuna em que a Cimeira União Europeia-África mais uma vez colocara o nome de Portugal e a sua capacidade de dialogar com os africanos nas boas notícias, porque eram sempre boas aquelas que promoviam, pelo bem, a imagem de Portugal. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por solicitar que os pontos da Moção n.º 1 fossem votados separadamente, já que estavam contra os pontos 1 e 2 porque entendiam que eles, de certo modo, reflectiam ainda uma posição de propaganda e sobretudo de paternalismo. Havia alguns laivos, nessa iniciativa da Conferência que foi realizada, ainda de neocolonialismo. Portanto, ao entusiasmo que transparecia nessa Moção, a realidade iria dizer, como aliás muitos disseram, ajustadamente, no decorrer da Conferência e depois, que havia muito trabalho a fazer para a resolução dos problemas, que eram extremamente graves nas sociedades africanas, como também havia problemas nas sociedades dos países que compunham a União Europeia. -----

----- Disse, depois, que votariam favoravelmente as moções números 2 e 3, e em relação à Moção n.º 4, que dizia respeito aos aumentos salariais da função pública, chamavam a atenção na Moção para a farsa que foi o Governo colocar-se nas negociações já com uma posição clara que manteve até ao fim, com uma inflação que era ilusória de 2,1% quando as previsões avançadas pela União Europeia e pela OCDE apontavam para 2,4% e 2,6%, respectivamente. Mas em 2009 viriam as esmolas, a demagogia e o eleitoralismo! Estariam atentos. -----

----- Sobre a Moção n.º 5 disse que o Deputado Municipal Silva Dias já falara, e que a Moção n.º 6 o PCP iria votá-la favoravelmente. -----

----- Relativamente às recomendações, disse que votariam favoravelmente a n.º 1, sobre a n.º 2 chamavam a atenção para a importância dessa Associação de Solidariedade, a VITAE, no apoio aos sem-abrigo, acrescentando que era preciso encontrar um espaço adequado para que ela pudesse trabalhar com muita gente porque não tinha espaço para o poder fazer e, obviamente, também recomendavam a actualização do protocolo. -----

----- Quanto à Comunidade Vida e Paz, disse que apoiavam o votariam favoravelmente a Recomendação n.º 3, apresentada pelo PSD, tinham notícia que a Câmara Municipal já deliberara conceder um subsídio a essa associação no sentido da resolução dos problemas que resultaram do assalto e da destruição das instalações. Agora, não podiam estar de acordo com a Recomendação n.º 3-A, apresentada pelo

PS, porquanto ela tinha uma visão de assistencialismo. Já estava a situação resolvida e era recomendado à Câmara pela Assembleia Municipal que concorresse para a resolução desses problemas. -----

----- Não podiam estar de acordo porque as senhas de presença dos membros do PCP, como toda a gente sabia porque isso era conhecido há muitos anos, eram para proporcionar iniciativas às populações. Desde muito cedo sabia e acompanhara que muito do dinheiro recolhido era para parques infantis, para comunidades em aldeias em sítios muito afastados do centro da cidade, e assim continuariam de facto. Os eleitos do PCP não recebiam as senhas de presença, doavam-nas para resolver exactamente situações que se colocavam como esta a que as duas moções se referiam. Não era com assistencialismos e com esmolas que se ia lá, mas sim com a luta para encontrar as melhores condições de vida das populações. -----

----- Por tudo isso, o PCP não poderia votar favoravelmente a Recomendação n.º 3-A. Porque quando falavam de direitos humanos, falavam de direitos humanos integrados no desenvolvimento social, cultural e económico das populações, não podiam pura e simplesmente olhar com compaixão, tinham era que lutar com as pessoas que sofriam, com pessoas que eram todos os dias altamente prejudicadas, por exemplo a função pública que era tão importante na Cidade de Lisboa e que, mais uma vez, era prejudicada pelo Governo. Em suma: tinham que lutar com as pessoas no terreno pela melhoria das condições de vida das populações. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 4, disse que avaliaram a situação, pensavam que os protocolos de 2006 e 2007 ainda se mantinham, que não havia alterações de critérios, pelo que, em princípio, iriam abster-se, a não ser que ainda mudassem o sentido da votação. -----

----- Continuando, disse que ia falar ao Sr. Presidente da Câmara dos cinco trabalhadores da EMARLIS, que se lhes dirigiram dando conta da sua situação. Todos se lembravam ainda da proposta 242/2007, cuja alínea b) dizia respeito à salvaguarda dos trabalhadores, que eram agora cinco, já perderam dois que foram para outras paragens ficando o Município a perder a sua experiência e saber acumulado. Não sabia se entretanto a situação se alterara mas foram informados que o gestor liquidatário da EMARLIS comunicara aos trabalhadores que a empresa não tinha capacidade financeira para lhes pagar os vencimentos no mês de Dezembro bem como o subsídio de Natal. -----

----- Os trabalhadores continuavam na empresa e cumpriam horários. No ponto 3, alínea g), da proposta de extinção fazia-se referência a que o gestor liquidatário da EMARLIS poderia contrair os empréstimos necessários à efectivação da liquidação, nos termos que viessem a ser definidos pela Câmara Municipal, pelo que gostariam de saber se a Câmara já definira essas directrizes para a extinção da EMARLIS. -----

----- Referiu que esses trabalhadores tinham problemas, tinham compromissos financeiros, tinham dívidas a pagar, e foi exactamente neste mês que lhes foi comunicado que não recebiam salário nem o subsídio de Natal. Obviamente, o gestor dizia que a Câmara estava ciente da situação e que, provavelmente, iria encontrar uma solução, mas o PCP não queria deixar passar sem levantar a questão, porque foram

solicitados para isso, para que os trabalhadores não estivessem a ser duplamente penalizados, porque não recebiam o salário nem o subsídio de Natal e não podiam, diziam eles, citou: “socorrer-se do fundo de desemprego para assim tentar minimizar os graves problemas financeiros que advêm da nossa situação laboral.” -----

----- Rematou dizendo que ficavam a aguardar informação da Câmara sobre esse assunto. -----

----- **O Deputado Municipal António Tavares (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia falar um pouco sobre o ponto 3 da Moção do BE, em relação ao qual desde já informava iria votar a favor. -----

----- E saudava esse ponto porque a política e os políticos portugueses reconheciam, de facto, o contributo que as comunidades imigrantes têm dado ao País, todos sabiam o que essas comunidades têm feito. Portugal, que foi um País de partida era hoje um País de chegada, mas, infelizmente, tem-se verificado que até hoje as quatro comunidades dos países de Língua Oficial Portuguesa que residiam em Portugal, não tinham direito de participar politicamente. E não participavam porque, infelizmente, os partidos políticos não têm tido uma certa abertura. -----

----- Acrescentou que não haveria integração de qualquer comunidade em Portugal se não houvesse integração política. Não haveria integração económica e social em Portugal, se não existisse integração política. -----

----- Por essa razão, apelava aos partidos políticos no sentido de que os imigrantes passassem a poder votar e ter participação, porque toda e qualquer política de integração que houve até ao presente foi um mero folclore. Teriam que dizer, com toda a frontalidade, que tem estado a existir uma certa exclusão, exclusão essa que resultava de uma política mal feita ao longo deste tempo todo. -----

----- **A Deputada Municipal Luísa Vicente Mendes (PS)**, no uso da palavra, disse que ia começar por se referir à Moção n.º 1, que dizia respeito à Cimeira União Europeia-África, referência que não podia deixar de fazer com uma certa emoção porquanto tinha o coração dividido entre dois continentes, tinha o coração dividido entre dois países, Portugal e Moçambique. -----

----- Disse que esta Cimeira, em que pela primeira vez os representantes dos governos africanos e os representantes dos governos europeus se olharam olhos nos olhos, sem complexos e com mútuo respeito, podia ser considerada um êxito. Ela foi um ponto de partida para a elaboração de planos de acção conjunta, esperando-se agora que esses planos de acção fossem postos no terreno, e que efectivamente contribuíssem para o desenvolvimento sustentado da paz, para o desenvolvimento do progresso e para o respeito pelos Direitos Humanos. -----

----- O PS considerava que foi um êxito da Presidência Portuguesa da União Europeia e não podiam minimizar ou deixar passar esse êxito. Dizer-se que se estava com um espírito que não aberto não era verdade, porquanto ouviram os dirigentes africanos, ela própria falara com representantes do povo moçambicano e podia dizer que a maior parte do povo dos países africanos tinha os olhos postos nesta Cimeira, porque, repetiu, esta Cimeira foi feita olhos nos olhos, sem complexos, nem da Europa, nem da África, e foi a primeira vez que tal aconteceu. -----

----- Aludindo à Recomendação n.º 2, relativa ao apoio à Associação VITAE, disse que sabiam que várias organizações da cidade trabalhavam no terreno para que as pessoas sem abrigo pudessem sentir minimizados os seus problemas, pudessem ser reinseridas na sociedade, e até pudessem estar protegidas de algumas pessoas que considerava e que apelidava de pessoas com abrigo. Sabiam que era importante que durante o dia as pessoas sem abrigo pudessem estar protegidas, porque se sabia que a partir das nove horas da manhã até às seis horas da tarde, essas pessoas estavam sujeitas ao frio, ao calor, à chuva, e às vezes até a agressões. -----

----- Disse que a actual Câmara, na pessoa da Sra. Vereadora Ana Sara Brito, responsável pelo Pelouro da Acção Social, realizara, no dia 9 de Outubro, uma reunião com os representantes da VITAE. Foi feita uma visita ao local, e nessa reunião, para além da Sra. Vereadora, esteve também presente a Sra. Directora do Departamento de Acção Social da Câmara, ficando aí esplanadas todas as alterações que a Segurança Social determinava que aquela organização fizesse naquele centro de acolhimento para que pudesse haver a tal revisão dos valores protocolados. -----

----- Por outro lado, parte da dívida que a Câmara tinha do anterior mandato para com a associação já foi paga, e a outra parte estava inserida no empréstimo para o saneamento financeiro da Autarquia. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por se referir à intervenção do munícipe, Sr. António Sotana Catarino, morador na sua freguesia, que ali colocara a questão relacionada com o terminal de autocarros na estação do Metro do Campo Grande, dizendo que as reivindicações sobre esse terminal tinham a ver com a afluência àquela zona de diversos autocarros provenientes dos concelhos limítrofes: Mafra, Odivelas, Loures, etc., que ali estacionavam para que as pessoas que transportavam pudessem utilizar o Metro. -----

----- Neste momento a cidade desenvolvera-se até ao limite do concelho de Odivelas, mas não souberam acompanhar esse desenvolvimento colocando os parques terminais nos limites da cidade. Não fazia sentido que na estação do Senhor Roubado ou na estação de Odivelas não tivessem ficado parques de estacionamento capazes para que aqueles autocarros que vinham dos concelhos limítrofes ali pudessem estacionar porque com isso se poupava combustível, diminuía-se a poluição e diminuía-se também as filas intermináveis de trânsito que havia naquela zona. -----

----- Por isso, mais uma vez chamava a atenção do Sr. Presidente da Câmara para a necessidade de ser implementada a Autoridade Metropolitana de Transportes, à qual tinham que ser exigidas responsabilidades nessa área. -----

----- Por outro lado, também desejava lembrar o problema que se estava a passar no Alto do Lumiar pelo facto de não estar construída a Av. Santos e Castro e o eixo central da urbanização do Alto do Lumiar. Não fazia sentido dizerem que tinham a maior urbanização que Lisboa alguma vez teve, e a Câmara e o próprio urbanizador não cumprirem as suas responsabilidades: a Câmara relativamente à Av. Santos e Castro, e o urbanizador relativamente ao eixo central da urbanização. Se essas vias estivessem concluídas, não existiriam os problemas a que neste momento estavam a

assistir com a inauguração do Eixo Norte/Sul, que concentrara grande quantidade de trânsito na zona de Telheiras, que neste momento era um bairro que passara a ser uma ilha, porque para sair para a Av. Padre Cruz tinha um engarrafamento monstro e entrar no Eixo Norte/Sul não se conseguia porque os engarrafamentos provocados pelas viaturas que ali afluíam eram enormes nas horas de ponta. -----

----- Outra questão que disse não querer deixar de lembrar tinha a ver com a segurança, matéria em relação à qual a Divisão da PSP do Alto do Lumiar era coisa que se punha como necessidade de entrar em funcionamento. -----

----- Por outro lado, em relação à protecção civil, disse que se tinha falado ali muitas vezes na pintura das passadeiras, o que naquela zona da cidade não tinha acontecido na totalidade. A pintura fizera-se nalguns casos, mas tinham que ter respeito pelo cidadão que se movimentava diariamente naquelas áreas e que não tinha as passadeiras pintadas. -----

----- Relativamente ao estacionamento, disse que não se compreendia que houvesse um parque de estacionamento por cima da estação do Metro do Lumiar, e que havendo tanta falta de estacionamento esse parque não fosse colocado rapidamente ao serviço da população. -----

----- Aludindo à Cimeira Europa-África, disse que Portugal é um País que desde os séculos XV e XVI andara pelo mundo fora, e relativamente a África algo unia Portugal com um conhecimento profundo e com uma estima também muito grande. Efectivamente, essa Cimeira representava bastante para Portugal, mas o que tinham que ali referir e acentuar era o terem capacidade para organizar eventos de grande nível, fossem eles desportivos como o EURO/2004, fossem eles culturais como o Rock in Rio, fossem eles políticos como a referida Cimeira. De facto, Lisboa estava no bom caminho para ser uma capital com capacidade para organizar eventos de todos os tipos, incluindo aqueles que eram muitos mas não muito referidos, os eventos empresariais. -----

----- Referiu que não queria deixar de chamar a atenção e louvar o trabalho árduo que os seus 52 colegas Presidentes de Junta desenvolviam na Cidade de Lisboa. Havia muito trabalho que nos últimos tempos tinha sido efectuado, e a cidade não seria aquilo que efectivamente era se não fosse o profícuo trabalho das Juntas de Freguesia, Juntas essas que já no ano passado receberam um grande corte orçamental, quer por parte do Governo, que este ano mantinha o mesmo volume de verbas do ano passado, quer por parte da Câmara que este ano, pelos vistos, iria reduzir ainda mais àquilo que atribuíra no ano passado. -----

----- Disse, por fim, que as Juntas tinham um papel primordial na cidade. No âmbito da acção social estavam perto das pessoas e eram capazes de fazer coisas em diversos âmbitos: na cultura, no desporto, na educação, nos espaços verdes e na manutenção do património. Portanto, tinham um trabalho muito grande desenvolvido na cidade e mereciam, efectivamente, ter a consideração necessária em toda actividade que desenvolviam, e uma delas era ter atenção às verbas com que as freguesias deveriam ser dotadas. -----



----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, começou por se referir à Recomendação, apresentada pelo PS, relativa à Comunidade Vida e Paz, tendo em conta o assalto ao armazém dessa Comunidade de onde foram roubados todos os bens e alimentos cujos fins seriam os jantares de Natal para os sem-abrigo de Lisboa. -----

----- Dessa forma, o PS vinha propor à Assembleia que, excepcionalmente e em virtude da gravidade da situação em causa, a senha de presença atribuída aos Deputados Municipais, nesta reunião, fosse doada, voluntariamente, a essa comunidade, de forma a permitir a continuação da organização dos três jantares de Natal. -----

----- Nessa conformidade, pedia à Sra. Presidente que diligenciasse no sentido de os Deputados Municipais que estivessem interessados em associar-se a essa acção benemérita, o pudessem fazer através dos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal porque tal facilitaria imenso essa acção. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que essa indicação se considerava de imediato dada, pelo que os Deputados Municipais que assim o entendessem, se a Recomendação vier a ser aprovada, naturalmente dariam a indicação aos Serviços. -----

----- E, seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação dos documentos, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. ---

----- A **Moção n.º 1**, apresentada pelo PS, a pedido do PCP foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, votos contra do PCP e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, e votos contra do PCP, BE e PEV. -----

----- Ponto 3 – Aprovado, por unanimidade. -----

----- A **Moção n.º 2**, apresentada pelo BE, foi também votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 3 – Rejeitado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, BE, PEV e 3 Deputados Municipais do PSD, entre os quais a Sra. Presidente, votos contra do PS, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Ponto 4 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 3** foi retirada pelo partido proponente, o Bloco de Esquerda, em função da marcação da reunião com a Comissão e o Sr. Vereador para o dia 17. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PCP, com votos contra do PS, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e 3 Deputados Municipal do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Na **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PEV, os pontos 1 a 4 foram votados em bloco e os pontos 5 e 6 isoladamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Pontos 1 a 4 – Aprovados, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Ponto 5 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e BE, votos favoráveis do PCP e PEV, e a abstenção do PS e CDS-PP. -----

----- Ponto 6 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD e PS. -----

----- (A Senhora Presidente não tomou parte na votação desta Recomendação, cuja foi conduzida pelo Senhor Primeiro Secretário) -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 3-A**, apresentada pelo PS, com votos favoráveis do PS, BE e 2 Deputados Municipais do PSD, votos contra do PCP e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS, e a abstenção do PCP, BE e PEV. -

----- **A Deputada Municipal Lúcia Canha Fernandes (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“Eu venho fazer duas declarações de voto. -----

----- A primeira, relativamente à Moção n.º 2, e em particular sobre um ponto que foi rejeitado nesta Moção que tem a ver com o direito de voto pelos imigrantes. -----

----- É entendimento do BE que esta é uma condição fundamental de integração e de participação cidadã pelos imigrantes, que não podia estar dependente dos acordos de reciprocidade, que neste momento só existem com o Brasil e Cabo Verde. Aliás, há freguesias, nomeadamente em Loures e na Amadora, onde a maior parte da população até é imigrante, o que coloca uma situação de alguma forma contraditória porque a maior parte da população ficava impedida de participar na eleição dos órgãos para a Junta de Freguesia, e consideramos que esta é uma questão, antes de mais, de vontade política. -----

----- Não é uma questão que seja exclusiva da preocupação do BE! Vimos aqui elementos de outras bancadas que também são favoráveis a esta questão. O próprio

Alto Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural já manifestou, publicamente, ser favorável relativamente ao reconhecimento desse direito pelos imigrantes, e o ex-Secretário de Estado da Presidência do anterior Governo, Dr. Feliciano Barreiras Duarte, também já manifestou, publicamente. -----

----- Achamos que este é um assunto que merece a maior atenção e que deve ser alvo de reflexão futuramente. -----

----- Relativamente à outra declaração de voto, que tem a ver com a Recomendação n.º 4, nós concordamos com o teor geral da mesma, achamos que coloca várias recomendações técnicas que devem ser melhor analisadas em sede de Comissão. -----

----- Por isso, pedíamos que esta recomendação, em particular, baixasse à Comissão de Educação para futura análise” -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Só para dizer que “Os Verdes” votaram contra a Recomendação 3-A, do Partido Socialista, sobre a Comunidade Vida e Paz, apenas porque, no início do mandato, tanto eu como o meu colega de bancada assumimos o compromisso de devolver as senhas ao colectivo de “Os Verdes”, e como fomos confrontados, hoje, com esta Recomendação, eu costumo cumprir com os compromissos que assumo e, portanto, não tive oportunidade de colocar a esse colectivo essa disponibilidade. -----

----- Por outro lado, a Câmara Municipal também está a acompanhar o problema, e tanto eu como o meu colega, havemos de encontrar, até ao Natal, forma de manifestarmos a nossa solidariedade, agora pessoal, em termos materiais, com a Comunidade Vida e Paz.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Apenas para explicar que nós estamos a favor da Recomendação que foi apresentada pelo PEV sobre o Rock in Rio e o Festival Creamfields, mas achamos que a Comissão especializada da Assembleia Municipal é que tem a responsabilidade de controlar, monitorizar e fiscalizar todo o processo de controlo de custos e não só, relativos a esses festivais. -----

----- Achamos por isso desnecessário que se crie uma nova Comissão para efectuar um trabalho que, na nossa opinião, compete à Comissão da especialidade da Assembleia.” -----

----- Findas as votações e declarações de voto, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Apreciação do Relatório e Recomendação apresentados pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo Parque Mayer;** -----

----- Ponto 3 - Eleição de 1 Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal (PDM); -----

----- Ponto 4 - Proposta 494/2007; -----

----- Ponto 5 - Proposta 456/2007; -----

----- Ponto 6 - Proposta 457/2007; -----

----- Ponto 7 - Proposta 458/2007; -----

----- Ponto 8 - Proposta 469/2007; -----

----- Ponto 9 - Proposta 629/2007. -----

#### ----- ORDEM DO DIA -----

----- **PROPOSTA 493/2007 – APROVAR A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO JUNTO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS A AFECTAR À CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO.** -----

----- **A Senhora Presidente** disse que iam repetir a votação da proposta 493/2007, incluindo tal repetição nesta Ordem de Trabalhos em obediência a princípios de precaução, de certeza e de insegurança jurídica. -----

----- Mas impunha-se uma pequena explicação. -----

----- Foi consensual na Conferência de Representantes e foi consensual na Assembleia a que interpretação nela feita era válida. Isto porque entendera a Assembleia que o artigo 38º da Lei das Finanças Locais regulava o Regime Geral de Contratação, o artigo 40º era uma especial aplicável ao saneamento financeiro contendo uma regulamentação completa, e o artigo 41º era igualmente uma norma especial contendo uma regulamentação completa. -----

----- Isso significava que não havia aplicação do artigo 38º, o que bem se compreendia porque, quer o saneamento financeiro, quer a reestruturação, eram situações cujos pressupostos determinavam a obrigatoriedade de aplicação daquelas normas e, portanto, não fazia sentido que estivessem na disponibilidade de uma votação se a verificação dos respectivos pressupostos obrigava à sua aplicação. -----

----- Para além disso, entendera a Assembleia que mesmo que o artigo 38º fosse aplicável, e não era esse o entendimento que sufragava, o n.º 8 do artigo 38º referia-se a aprovação, não se referia a votos favoráveis, e a aprovação era o resultado de uma metodologia de votação. Portanto, não faziam nenhum sentido algumas das interpretações que viram. -----

----- Todavia, numa matéria desta importância, bastava estar instalada a dúvida e haver possibilidade de sanar essa dúvida, para que ali estivessem todos num exercício de responsabilidade. -----

----- Submeteu então à votação a autorização da Assembleia para fazer uma nova votação da proposta 493/2007, tendo a Assembleia deliberado aprovar a autorização, por unanimidade. -----

----- Depois, submeteu à votação a proposta 493/2007, nos moldes apresentados na última reunião de Câmara, portanto o montante de 400 milhões de euros em duas tranches, a primeira de 360 milhões euros e a segunda de 40 milhões de euros, tendo a

Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nesta declaração de voto, em matéria de empréstimo, vale a pena fazer um breve histórico, para que fique devidamente registada e sistematizada a posição do PSD. -----

----- Logo em 25 de Novembro, quando o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa apresentou à comunicação social o Plano de Saneamento Financeiro, e PSD deu nota das enormes dúvidas que tinha no montante previsto, 500 milhões de euros, e de que não viabilizaria esse montante de empréstimo, mas estava disponível para viabilizar o pagamento de dívidas. -----

----- Repetimos esta posição em 16 de Outubro de 2007, quando a Assembleia Municipal discutiu aqui, genericamente, o Plano. -----

----- O PSD absteve-se, então, na votação desse Plano para não dar conteúdo à postura *calimero* da actual Câmara Municipal, PS/BE, sempre a queixar-se dos mandatos anteriores e de que não os deixavam governar. -----

----- Voltámos ao tema mais recentemente, em 20 de Novembro, antes de o Executivo discutir qualquer proposta sobre o empréstimo para dar nota ao Presidente da Câmara de que só estaríamos disponíveis para viabilizar um empréstimo que a Câmara propusesse na ordem dos 400 milhões de euros, garantindo, assim, o pagamento das dívidas a fornecedores. -----

----- Com todas estas declarações públicas pretendemos fazer a Câmara Municipal perceber que havia um caminho para resolver as dívidas dos fornecedores, mas que esse caminho não era o dos 500 milhões de euros. -----

----- Facto é que a Câmara ignorou sempre o caminho sugerido pelo PSD, fazendo aprovar em reunião de Câmara um empréstimo de 500 milhões de euros, que em seguida apresentou a esta Assembleia. -----

----- Fê-lo, apesar dessa mesma posição. -----

----- Fê-lo procurando condicionar a votação posterior na Assembleia Municipal com ameaças de demissão. -----

----- Ao perceber que não se quebrava a coesão do Grupo Municipal do PSD, o Presidente da Câmara recuou e reapresentou uma nova proposta já de 400 milhões de euros, indo, desta forma, a Câmara e o seu Presidente, ainda que tardiamente, de encontro ao caminho que o PSD oportunamente sugerira. -----

----- Mantendo a sua coerência, o PSD, através da abstenção, viabilizou a aprovação, por maioria, da proposta da Câmara para contrair um empréstimo de 400 milhões de euros. -----

----- Ao viabilizarmos o empréstimo, com a nossa abstenção, apenas quisemos permitir o pagamento das dívidas a fornecedores, sendo coerentes com o que sempre dissemos a este respeito. Ao contrário de outros que afinal não foram coerentes com o que disseram fazer se o PSD não lhes aprovasse o empréstimo de 500 milhões de euros. -----

----- É importante que continue claro que as dívidas aos fornecedores só serão pagas porque houve uma sugestão do PSD, que a Câmara tardiamente transformou em proposta, que desbloqueou o beco sem saída em que o Executivo PS/BE se metera. ---

----- Suscitaram-se, entretanto, dúvidas quanto ao facto de a votação ser legalmente vinculativa para permitir à Câmara contrair este empréstimo. -----

----- Como somos a favor da transparência e da legalidade, e caso subsistissem dúvidas, dissemos que o PSD seria parte da solução deste problema. -----

----- Acresce que não será o PSD a permitir que o Tribunal de Contas se possa basear em vícios de natureza formal para, eventualmente, chumbar este empréstimo, abstendo-se de ter que se pronunciar sobre o empréstimo em si e sobre os termos em que o mesmo se habilita e fundamenta. -----

----- Uma vez mais, em coerência com o nosso posicionamento em todo este processo, votaremos favoravelmente esta proposta da Câmara Municipal. -----

----- Mudamos o nosso sentido de voto apenas para permitir que a Câmara contraia este empréstimo, sendo que esta é a única forma, do ponto de vista legal e considerando a distribuição de mandatos que os lisboetas definiram em Outubro de 2005, de o viabilizar. -----

----- Mudamos por respeito para com a Cidade de Lisboa e para com os lisboetas. Mudamos por respeito para com os fornecedores e credores da Câmara. Mas esta é uma mudança meramente formal. Não envolve um juízo político favorável ao empréstimo. -----

----- Porque ele não é sustentado nos seus fundamentos, já que se destina a pagar dívidas que remontam, também e em boa medida, ao tempo do Dr. Jorge Sampaio e do Dr. João Soares. -----

----- Porque é fácil gerir dificuldades através dos empréstimos; porque é fácil contrair empréstimos mas não ter o ónus de reformar e reestruturar a Câmara Municipal; porque é fácil contrair empréstimos sem ter de cuidar de gerir o orçamento da Câmara de forma a pagar as dívidas; porque é fácil contrair empréstimos sem ter de adequar a actividade municipal ao orçamento disponível; porque o empréstimo não é acompanhado de medidas rigorosas na gestão municipal. -----

----- Nesta Assembleia Municipal, o PSD não tem duas caras. Aquilo com que nos comprometemos é aquilo que cumprimos. Foi assim na votação do IMI, é assim nesta votação. -----

----- E que fique muito claro. Viabilizamos este empréstimo apenas para ultrapassar uma questão formal. Mas a responsabilidade por este empréstimo repousa, exclusivamente, na Câmara Municipal de Lisboa, no seu Presidente e no PS e no BE que o sustentam.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O que nós gostaríamos de dizer é que daqui a uns anos, quando se fizer a história desta votação, aquilo que as pessoas vão ver é que sobre o mesmo ponto da Ordem de Trabalhos o PSD tomou uma posição de voto numa semana ...” -----

----- Interrompido pelo **Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substituía a Senhora Presidente, no sentido de que a declaração de voto era sobre a votação do BE e não para comentar a declaração de voto do PSD, o **Deputado Municipal Heitor de Sousa** prosseguiu a sua declaração de voto dizendo: “Eu estou a justificar a coerência da votação do BE nesta matéria, e para justificar essa coerência tenho que usar como exemplo paradigmático do contrário, exactamente a incoerência da votação do PSD. Assim fica tudo muito mais esclarecido! -----

----- E aquilo que vai ser referido na história desta votação, é que por maiores e melhores que sejam as justificações do PSD nesta matéria, o PSD votou de uma maneira hoje e uma semana antes votou de outra maneira. -----

----- E, Sr. Deputado Saldanha Serra, o PSD neste ponto entrou como leão e saiu como um sendeiro.” -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, disse que tal como escrevera na informação escrita, tendo existido, há duas semanas, o debate sobre o Estado da Cidade, e tendo sido público e notório que nas duas últimas semanas, quer a Câmara, quer a Assembleia, se concentraram, basicamente, num importante e interessante debate sob matéria de empréstimos, pouco havia a acrescentar, obviamente, relativamente àquilo que foi o debate que tiveram, em profundidade, há cerca de 15 dias. -----

----- No entanto, relativamente ao conjunto das intervenções que ali pôde ouvir, desejava começar por dizer que, ontem, o liquidatário da EMARLIS comunicara à Câmara a existência de um problema de tesouraria que ameaçava, designadamente, o pagamento do subsídio de Natal das cinco pessoas que ainda se mantinham vinculadas à EMARLIS, situação que estava desde ontem a ser apreciada na Câmara. -----

----- Sobre a primeira reunião pública descentralizada, que teve lugar na semana passada e que se destinava preferencialmente às populações das freguesias de Santa Maria de Belém, São Francisco Xavier, Ajuda e Alcântara, disse que, ao contrário do que ali ouviu, decorrera de uma forma extremamente positiva. -----

----- Foi, aliás, consensualizado na Câmara um calendário dessas reuniões de forma a serem prefixadas de modo a que até ao final do ano a Câmara pudesse realizar as suas reuniões públicas descentralizadas, rotativamente pelas diferentes áreas da cidade. Procurou-se criar grupos de freguesias à volta dos 40.000 cidadãos eleitores recenseados, o que nem sempre era possível tendo em conta a assimetria do número

de residentes em cada uma das freguesias, mas a verdade era que foi possível estabelecer esse calendário, que teria continuidade já no início de Janeiro com uma reunião na Freguesia de Santa Maria dos Olivais. -----

----- Disse que ao contrário do que alguns receavam, não se tratara de substituir as competências das Juntas de Freguesia, por parte da Câmara Municipal. Os quatro Presidentes de Junta das freguesias envolvidas estiveram presentes e participaram, e puderam registar como nenhuma das questões que foi colocada à Câmara tinha naturalmente a ver com matéria da competência das Juntas, mas sim que tinham todas a ver com matéria da competência da Câmara Municipal. -----

----- Aliás, revelara-se até um bom exercício, porque permitira aceder à Câmara Municipal muitas pessoas que, ou por desconhecimento, ou por dificuldade, não se deslocavam mensalmente à Sessão Pública da Câmara Municipal, mas que pela primeira vez o fizeram para colocar problemas das suas freguesias. -----

----- De resto, foi para si particularmente reconfortante ter verificado que essa iniciativa corria de forma muito positiva, visto ser uma iniciativa em que acreditava há muitos anos, tendo tido oportunidade para a propor, pela primeira vez, quando exercera funções autárquicas num concelho vizinho, no princípio dos anos noventa, e que então, infelizmente, foi recusado pela maioria que governava esse Município. Felizmente, a maioria que governava agora a Câmara Municipal de Lisboa era distinta e estas reuniões descentralizadas puderam iniciar-se, estavam consagradas no Regimento, e pensava que decorreriam de uma forma positiva. -----

----- Depois, disse que não queria deixar de fazer uma curta referência, visto que já foi ontem distribuído à Câmara e hoje também aos membros da Assembleia Municipal, ao Plano de Actividades e Orçamento para o próximo ano. Não para antecipar o debate que teria lugar no seu devido momento, mas para sublinhar algumas questões que lhe parecia que deveriam ser desde já sublinhadas. -----

----- Em primeiro lugar, tratava-se do primeiro Plano de Actividades e Orçamento a debater na sequência da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, plano esse que tinha dois braços fundamentais: um, a contracção de um empréstimo para pagamento das dívidas existentes; outro, um programa de saneamento financeiro que visava uma redução sustentada da despesa, de forma a evitar novo endividamento que os recolocasse em situação de necessitar de novo empréstimo para o pagamento dessas dívidas. -----

----- Quanto ao empréstimo, disse que estava tudo dito do ponto de vista político, e agora restava-lhes aguardar que o Tribunal de Contas julgasse, como era da sua competência, da legalidade do empréstimo que estava proposto contrair. -----

----- Agora, esse Plano de Saneamento Financeiro tinha de responder a essa necessidade de saneamento das finanças públicas, de rigor orçamental, para poderem fazer face àquilo que era o compromisso que tinham com o saneamento financeiro do Município. -----

----- E a primeira condição para que isso acontecesse, era a necessidade de proceder a um ajustamento da despesa à estimativa realista da receita, evitando que mantivessem a ficção de estimativa extremamente empolada de receitas que não eram executadas,



dando lugar a sucessivos défices que iriam engrossando o endividamento do Município. -----

----- Por isso, a proposta de Plano de Actividades e Orçamento previa um corte de 32% no montante global da despesa, o que significava um corte de 253 milhões de euros. Isto era extremamente importante sublinhar porque tinha visto muita gente, pessoas, aliás, com quem se cruzava na rua, dizerem: “agora o Município com este empréstimo já tem dinheiro!”. Não. Era preciso que todos tivessem a noção que com este empréstimo o Município não passava a ter dinheiro, o Município limitar-se-ia, e já era muito, a pagar as dívidas que tinha, portanto a deixar de ter dívidas. Mas não tinha dinheiro para realizar novas despesas. E para que não voltasse a ter novas dívidas, tinha mesmo que ser muito contido na despesa e reduzir fortemente a despesa que anualmente inscrevia no Orçamento. -----

----- Era, por isso, um Orçamento de rigor desde logo pelo corte na despesa, mas era um Orçamento de rigor também por não assentar num grande empolamento da receita extraordinária, que sofria uma redução de 2007 para 2008 de 312 milhões para 45 milhões de euros. -----

----- Como era evidente, esse corte na despesa só era sustentável se fosse adoptado um conjunto de medidas estruturantes: primeiro, a reestruturação do sector empresarial municipal; segundo, a reestruturação dos próprios serviços municipais; terceiro, a necessidade da clarificação da relação do Município com os seus avençados, tendo em vista uma redução da despesa de funcionamento; e o lançamento de um programa de simplificação e modernização administrativa. -----

----- Por outro lado, a execução de níveis mínimos de investimento, pressupunha que às fracas forças do Município fossem capazes de somar a contribuição de outras parcerias. Parcerias, naturalmente, com as Juntas de Freguesia, através dos processos de descentralização, mas também com o Estado, em particular para a valorização da frente ribeirinha, e com outras entidades, das quais sublinhava: parceria com o IRU para um programa de recuperação dos bairros das Amendoeiras, dos Lóios, do Condado e do Armador; parceria com o Instituto de Turismo para a realização de um conjunto de obras de interesse turístico, focadas nos bairros históricos, na Baixa-Chiado e na qualificação do espaço público; e parcerias com a Santa Casa da Misericórdia tendo em vista a realização de duas residências para idosos e cinco creches. -----

----- Mas a grande parceria que era necessário mobilizar, era a do investimento privado. Por um lado, por via da clarificação das regras urbanísticas e, por outro, pela agilização dos procedimentos tendo em vista fomentar a reabilitação e, também, fomentar os patrocínios. -----

----- Continuando, disse que para além do conjunto de actividades que deviam ser tidas como prioritárias no Plano de Actividades, era também altura de começarem a focar a atenção na preparação do futuro, e em torno de dois eixos fundamentais: a afirmação de Lisboa como uma centralidade global, e a inserção de Lisboa na Rede de Cidades Criativas. -----

----- E o próximo ano seria um ano assinalado como o Ano Internacional do Diálogo Multicultural, sendo, por isso, uma boa oportunidade para procurarem ancorar essa estratégia da afirmação de Lisboa como uma centralidade global nessa vocação histórica da cidade, como ponto de encontro de povos e de culturas e do cruzamento de rotas que ligavam continentes, de forma a que pudessem reafirmar essa vocação, dando agora continuidade cultural e económica à centralidade política que este semestre Lisboa tivera, graças à Presidência Portuguesa da União Europeia, em que se traduzira, por exemplo, de ter sido a sede da hoje tão falada Cimeira União Europeia-África, ou poderem dar o nome ao tratado refundador da União Europeia, que seria assinado, em Lisboa, na próxima quinta-feira. -----

----- Mas nenhuma cidade seria hoje uma centralidade global se não fosse capaz de ter um papel activo na Rede das Cidades Criativas. A criatividade e a inovação eram as condições essenciais à competitividade de uma cidade, e, por isso, era essencial que Lisboa desenvolvesse as parcerias necessárias, começando, desde logo, por ser capaz de recuperar alguns eventos que nos últimos anos se forem perdendo, mas que eram marcas distintivas da cidade, como o Experimenta-Design, ou a Moda Lisboa, que eram fundamentais recuperar. Mas fazer também acompanhar, e reforçar, pelo lançamento do programa Lisboa Cidade Erasmos, porque cidade criativa e de inovação tinha que ser uma cidade capaz de ser um centro de produção de saber, de atracção e de cruzamento de conhecimento neste mundo global. -----

----- Portanto, partiam agora, encerrado que estava o debate em matéria de empréstimo, para se concentrarem no segundo ramo do Plano de Saneamento Financeiro, o saneamento consolidado e sustentável das finanças do Município, o que passava por aprovar um Plano de Actividades e Orçamento que tivesse uma despesa limitada por estimativa real da receita, ou seja, um Orçamento que fosse realista, o que passava desde logo por assentar num corte radical de 32% no montante global da despesa para o próximo ano. -----

----- Só se fossem capazes de fazer isso justificariam o esforço que estavam também a fazer no pagamento das dívidas que tinham que pagar, com a consciência que não estavam a gerar novas dívidas para outros, a seguir, terem que pagar. -----

----- Nesta altura, o **Senhor Primeiro Secretário** disse que se ia iniciar a votação, por escrutínio secreto, que decorreria em paralelo com os trabalhos do Plenário, da matéria constante do ponto 3 da Ordem de Trabalhos: eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal (PDM), para a qual havia uma única proposta com a indicação da Deputada Municipal Maria Irene dos Santos Lopes, do PS, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina. -----

----- Chamou para a Mesa da votação os seguintes escrutinadores: Deputados Municipais Rogério de Sousa, do PSD, Teresa Almeida, do PS, e Carlos Lima, do PCP. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que o PSD à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, que estava legalmente prevista, daria o mesmo tratamento que o Sr. Presidente da Câmara dera à sua

obrigação legal perante a Assembleia. Ou seja, não daria importância nenhuma, remetendo para aquilo que foi o debate sobre o Estado da Cidade e estavam conversados. -----

----- Não era, naturalmente, isso que a lei exigia, não era isso que a lei previa e não era isso que vinha sendo praticado na Assembleia Municipal. -----

----- Era extraordinário que, neste período, a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara se resumisse a duas folhas de papel e depois, em anexo, tivesse o tal pastel, nas palavras do Deputado Municipal Miguel Coelho, que retratava, ao contrário do alegado pelo referido Deputado Municipal, a actividade dos serviços da Câmara, aqueles que no dia-a-dia faziam também a cidade, para além de quem estava no exercício da actividade política. -----

----- Este era, portanto, um exercício falhado por parte do Sr. Presidente da Câmara perante a Assembleia Municipal, que revelava algum desrespeito, pois não era pelo facto de terem debatido o Estado da Cidade há pouco tempo, que não teriam que debater ali hoje, de forma séria e empenhada, a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Depois, pelos vistos, iam passar a debater não os períodos que antecederam o momento em que se reuniam ali, mas passavam a debater o futuro. Estavam num daqueles filmes de viagem ao futuro! O Sr. Presidente da Câmara, hoje, falara do Orçamento que a Assembleia ainda não conhecia, falara de projectos para amanhã, depois de amanhã ou para mais tarde quem sabe, mas sobre a situação concreta do momento e da situação passada em análise, disse zero. -----

----- Portanto, também aí, colocava a Assembleia Municipal na dificuldade de poder responder-lhe à letra na medida em que bolas de cristal não tinham, o Orçamento também não e, portanto, queriam ser sérios naquilo que afirmavam e não falar apenas naquilo que julgavam lhes parecia. Porque, se assim fosse, mal seria aquilo que tinham para dizer sobre o Executivo Municipal. -----

----- Mas sabiam, por exemplo, que este Orçamento trazia importantes reduções para as Juntas de Freguesia. Já ali foi transmitido pelos Presidentes de Junta e era um alerta que voltavam a deixar: cautela com a forma como o Orçamento ia tratar os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

----- Disse que o PSD avançara, atempadamente, a posição que tomara sobre o IMI e cumprira-a de forma coesa e completa. O PSD afirmara, de forma clara, que não viabilizaria o empréstimo de 500 milhões de euros e não viabilizara esse empréstimo, e agora, com tempo, estava, mais uma vez, a dar informação ao Sr. Presidente da Câmara de que estariam muito atentos na questão do Orçamento quanto à forma como as Juntas de Freguesia fossem tratadas pelo Executivo municipal. Esperavam que à terceira fosse de vez e a Câmara fosse capaz de perceber que estavam a indicar um caminho para fazer em conjunto e não a fechar portas para resolver os problemas da Cidade de Lisboa. -----

----- E porque o Sr. Presidente da Câmara se centrara muito nesse tema, não poderiam deixar de falar no empréstimo. O que o Sr. Presidente da Câmara não disse foi que com esse empréstimo o Município deixava de necessitar, como acontecia na grande

maioria dos Municípios pelo País fora, de mobilizar verbas do seu Orçamento para necessitar de fazer face a dívidas que surgissem no seu dia-a-dia. Portanto, esse empréstimo, do ponto de vista prático, traduzia-se num alívio na tesouraria, num alívio orçamental para o Município de Lisboa, que não era despiciendo e que não existia pelo País fora noutros Municípios. -----

----- Portanto, se isso não era ter mais dinheiro, era, pelo menos, ter maior disponibilidade financeira para investir, e o PSD dizia, ainda bem, se isso fosse feito a favor da cidade. -----

----- Por outro lado, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara disse, o empréstimo não foi encerrado. O Sr. Presidente não se podia iludir que a questão do empréstimo tivesse sido ali encerrado! É que o PSD iria naturalmente querer saber, e a Assembleia também, a forma como ia sendo executado o pagamento das dívidas. Iam querer saber, e ver, por exemplo, os documentos que titulavam essas dívidas, os pagamentos e as autorizações feitas que iam ao encontro dessas dívidas. A declaração das entidades credoras de que estavam satisfeitos os seus pagamentos. -----

----- Por isso, a questão do empréstimo não acabara, e mal seria que tivesse acabado para uma Casa que era quem fiscalizava a actividade da Câmara num montante como este, de 400 milhões de euros. -----

----- Quanto ao Orçamento, que o Sr. Presidente da Câmara apresentara, com simpatia lhe dizia que ia ter que suar um bocadinho mais quando ali fosse defendê-lo e quando a Assembleia Municipal e o PSD estivessem na posse de todos os elementos de análise e de informação para tomarem uma decisão e para questionarem a Câmara sobre muitas outras questões que decorreriam desse Orçamento. Não bastara aquilo que o Sr. Presidente da Câmara ali referira, não resolvera nada daquilo que eram as dúvidas, e estariam com certeza, daqui a oito dias, quando esta questão fosse discutida, na primeira linha para saber da razoabilidade do Orçamento, para saber como tratava as Juntas de Freguesia, para saber como era que a Câmara olhava para os problemas das freguesias e para a necessidade que elas tinham de corresponder aos anseios e compromissos que assumiram com os seus fregueses. -----

----- Estariam ali para ver tudo isso e, naturalmente, determinar a forma como iriam votar, se o viabilizavam ou não viabilizavam, de acordo com a avaliação que, na posse de todos os elementos, fizessem. Não seria com certeza com base nesta apresentação do Sr. Presidente da Câmara, que ali registavam, mas que não substituíam rigorosamente nada. -----

----- Por fim, dirigindo-se ao Deputado Municipal Heitor de Sousa, do BE, disse que o PS e o BE se meteram numa alhada com este empréstimo na medida em que, ou perceberam ou não perceberam, precisavam de uma determinada maioria para esse empréstimo poder ser contraído. Enquanto o BE precisara do PSD, estivera à cautela, acoitado no seu canto, não fosse o diabo tecê-las e o PSD pudesse inviabilizar hoje a contracção do empréstimo. Mas mal foi feita a votação, o BE, qual *joker* saindo da caixa surpresa, saltara e viera fazer um ataque, perfeitamente descabido, perfeitamente desonesto do ponto de vista político, ao PSD. Portanto, aquilo que lhes pareceu foi que o BE tinha muita coragem, mas só a tinha depois de estar devidamente fechado

dentro de casa, com a porta aferrolhada e com todos os sistemas de segurança a funcionar, porque quando estava na Assembleia Municipal a discutir politicamente, de coragem política teve zero neste caso. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Câmara, quando se candidatara à Autarquia de Lisboa, assumira como primeira prioridade do seu programa eleitoral, sanear e resolver a difícil situação financeira da Câmara Municipal de Lisboa, situação que todos sabiam da sua existência, da sua responsabilidade e das suas consequências, pelo que desejava, hoje, ali felicitá-lo por estar a cumprir o seu programa eleitoral. -----

----- A reconfirmação, hoje, da votação efectuada a semana passada, relativa à autorização do empréstimo que foi prometido durante a campanha eleitoral, era, naturalmente, uma vitória do Sr. Presidente da Câmara que o PS queria registar, mas, sobretudo, uma vitória para a Cidade de Lisboa porque todos tinham consciência que se esse empréstimo não pudesse ser concretizado, a Autarquia paralisava e paralisando a Autarquia, naturalmente paralisavam os serviços que ela prestava à cidade. -----

----- Como referira o Sr. Presidente da Câmara na sua informação, Lisboa não podia continuar a viver acima das suas possibilidades. Nem Lisboa, nem ninguém, nenhuma família. As famílias não podiam, também não podia uma autarquia. -----

----- Portanto, estavam naturalmente compreensivos em relação à necessidade, à política de rigor e de verdade com que o Sr. Presidente da Câmara anunciara reduzir a despesa no próximo Orçamento. -----

----- Naturalmente seria preferível não ter de o fazer, mas o que não podia acontecer era que o Município continuasse a viver na base de uma mentira, e essa mentira era a realização de receitas à custa da venda de património. Foi assim que a dívida foi engrossando e aumentando, porque, pelo menos nos últimos cinco anos, todos os orçamentos apresentados tinham esse défice: uma despesa na ordem dos 500 milhões de euros e depois uma receita sustentada com a venda de património, que nunca se realizara nem sequer em 50%. Aliás, se não estava em erro, a maior taxa de realização na venda de património para sustentar o Orçamento rondara sempre os 15% a 20%. ---

----- Por conseguinte, o Sr. Presidente da Câmara dava um corte significativo com o passado, um corte com uma inverdade, com uma mentira, e o PS achava muito bem porque só assim Lisboa podia ser uma cidade com futuro. -----

----- E era na aposta no futuro que desejava realçar, em nome do PS, o seguinte. O Sr. Presidente da Câmara acabara de dizer ali, e também de demonstrar com actos e iniciativas recentes, algo que, pelos vistos, incomodava muito o PSD. É que, sendo o futuro da Cidade de Lisboa as pessoas, o Sr. Presidente da Câmara fê-lo dando dois passos importantes, que tinham muito de simbolismo mas também de coisas práticas positivas. -----

----- A primeira tinha a ver com as reuniões que o Executivo decidira fazer, descentralizadas pela cidade, porque, assim, mais munícipes poderiam participar nessas mesmas reuniões, mais munícipes poderiam reclamar da actividade do Município, e não das freguesias como ali, um tanto demagógicamente, há pouco se quisera fazer crer. Isso não anulava as Assembleias públicas das freguesias como não

anulava também e período de intervenção do público na Assembleia Municipal. Antes pelo contrário, dava maior espaço à participação do povo de Lisboa nas reuniões da Câmara, porque até agora as pessoas tinham que se deslocar aos Paços do Concelho, onde naturalmente eram muito mais filtradas porque era para a cidade inteira, e agora tinham uma muito maior participação local. Esta era uma medida simbólica mas carregada também de efeitos práticos, uma medida que era uma aposta no futuro, era informação, era trabalho político da Câmara que o PS queria saudar. -----

----- A segunda, porque também tinha uma importância muito grande do ponto de vista do simbolismo, e seguramente revertera já em efeitos práticos concretos, foi o pontapé de saída iniciado com a vontade de promover orçamentos participativos. -----

----- Naturalmente alguns quereriam, quiçá por uma varinha mágica, que ao fim de dois meses o Sr. Presidente da Câmara pudesse apresentar já o orçamento participativo tão desejável como todos gostariam que pudesse vir a acontecer daqui a um, dois, três ou quatro anos. Mas foi um passo muito importante porque significara uma viragem na política centralizadora e centralista no Município de Lisboa, de fazer o orçamento e só depois o discutir, fazer o orçamento e dizer “isto é o que pode ser”. --

----- Esta, disse, era uma política que tinha que prosseguir e que passaria também por uma co-responsabilização cada vez maior dos cidadãos, porque o orçamento participativo naturalmente seria insuficiente se se perguntasse como devia ser, o orçamento participativo seria sempre cada vez mais profundo se os cidadãos também fossem confrontados com opções que teriam que tomar, porque, infelizmente, os recursos seriam sempre escassos para acorrer a todas as necessidades. E nessa matéria, sem demagogias, o Sr. Presidente da Câmara iniciara um processo que tinha a certeza que teria continuidade e seria cada vez mais profundo. -----

----- Este era o futuro da Cidade de Lisboa, era isso que, pelos vistos, incomodara o PSD e que motivara a intervenção que acabaram de ouvir há bem poucos minutos. ----

----- Prosseguindo, disse que deviam orgulhar-se com aquilo que de bom acontecia na cidade e com aquilo que era bem feito no País. E Lisboa, ultimamente, tem estado, por boas razões, no mapa dos noticiários internacionais. Lisboa foi palco de dois acontecimentos, e iria ser palco de um terceiro, decisivos não só para o futuro da Europa e de outros continentes, mas também para o futuro à escala planetária. -----

----- Realizaram há dias, como já ali foi dito, uma Cimeira Europa-África, há muito desejada e também há muito impossibilitada por variadíssimos obstáculos políticos. Mas fizeram-na e aí foram discutidos, sem tabus, problemas importantes para os dois povos, sem paternalismos. Aliás, ele próprio era daqueles que entendiam que a África tinha a ganhar com a cooperação europeia, mas a Europa também tinha a aprender e a ganhar com a cooperação africana. -----

----- Daqui a dias assinar-se-ia o Tratado Reformador da União Europeia. Muitos disseram, cepticamente, quando se iniciara a Presidência Europeia, que seria tarefa impossível, mas era um facto que ele iria ser assinado na próxima terça-feira. E isso foi feito tudo em Lisboa! -----

----- Por isso, terminava a sua intervenção dizendo, como referira o Presidente da União Africana na conferência de imprensa de encerramento da Cimeira Europa-

África: “O espírito de Lisboa é o espírito certo, tenho a certeza que consigo vai continuar a ser”. -----

----- **O Deputado Municipal Manuel Agrochão (PCP)**, Presidente substituto da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que era no momento de prestação de contas da Câmara que se esperava, de uma oposição responsável, que se apontassem e analisassem as falhas, bem como algumas das carências da cidade que deviam ser prioridade. -----

----- Portanto, era nestes moldes que colocava ao Sr. Presidente da Câmara as seguintes questões: -----

----- Para quando a definição da política desportiva da câmara? -----

----- Concretizando. -----

----- Era do interesse da Câmara, ou não, retomar os Jogos de Lisboa que em tempos envolveram milhares de jovens lisboetas e que o antigo Executivo fez questão de desfazer? -----

----- Era do interesse da câmara, ou não, dar uma resposta efectiva às colectividades desportivas de Lisboa, contrariando o que se vinha sentindo desde 2001? E nesta matéria não se referia só a apoios financeiros. -----

----- Era do interesse da Câmara, ou não, definir critérios na atribuição de verbas para as Juntas de Freguesia no que respeitava ao apoio à actividade desportiva e gestão de infra-estruturas desportivas? -----

----- E sobre essa matéria permita-se lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que, desde 2005, a Junta de Freguesia de Carnide assegura a gestão e funcionamento de mais duas infra-estruturas municipais – o Pavilhão e Polidesportivo no Bairro Padre Cruz – sem receber qualquer verba da Câmara relativamente ao acerto de contas da construção dos mesmos, nem tão pouco foram actualizados os protocolos de forma a considerar a gestão desses espaços desportivos. E, neste caso, falavam de, seguramente, mais de 150.000 euros. -----

----- Mas no que dizia respeito à Junta de Carnide financiar a actividade da Câmara, ela já ia acumulando uma experiência notável. Dava mais alguns exemplos: -----

----- Praia Campo: A Câmara promovia a iniciativa, as Juntas tornavam-na possível, faziam o trabalho no terreno e assumiam as despesas da mesma, cumpriam os seus compromissos e esperavam que a Câmara fizesse a sua parte, o acerto de contas. Mas na última fase as Juntas esperaram, esperaram, esperaram e desde de Julho que desesperavam. Conclusão: a Câmara promovia a actividade, colhia os louros e financiava-se nas Juntas de Freguesia. -----

----- Mas, mais imaginativo ainda, era o milagre da multiplicação. No Complemento de Apoio à Família, a Câmara assumia e recebia do Ministério a respectiva verba para a garantir. Na prática e no terreno eram mais uma vez as Juntas que garantiam o sucesso da iniciativa e mais uma vez esperavam e desesperavam pela respectiva verba. -----

----- Mas que pensassem nas diferenças: se no primeiro caso a Câmara não recebia de nenhum terceiro verba para garantir a iniciativa, no segundo já existia uma verba do Estado Central para o efeito, ou seja, a Câmara recebia, mandava fazer, não pagava e

usava o dinheiro para outros fins, financiando-se num esquema de “dois em um” nas Juntas de Freguesia. -----

----- Disse que no caso de Carnide falavam de 11 salas de Jardim-de-Infância envolvendo cerca de 220 crianças, cujos custos com monitores, materiais e funcionamento quotidiano foram assumidos pela Junta, continuando hoje à espera da verba referente a três anos curriculares desde 2003 até 2006 que o Ministério já fizera chegar à Câmara. -----

----- Portanto, só nestes curtos exemplos, podia assegurar ao Sr. Presidente da Câmara que estavam a falar de valores superiores a um terço do orçamento anual da Junta de Freguesia de Carnide e, como com certeza calcularia, a falta dessas verbas limitavam consideravelmente a actividade da Junta. -----

----- Admitindo que não eram caso único em Lisboa, permita-se à seguinte reflexão: seria que esse financiamento nas Juntas de Freguesia não levava a um efeito dominó, alastrando a crise da Câmara às Juntas e penalizando ainda mais os lisboetas? Combater essa realidade não deveria ser um dos objectivos primários do Executivo? --

----- Competia à Câmara decidir, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que analisaram com toda a atenção a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente no que respeitava ao que chamara “arrumar a casa” e pôr a Câmara a funcionar. -----

----- Referiu que valorizavam a elaboração do Plano de Saneamento Financeiro, já aprovado, documento essencial para que pudesse ser possível pôr a Câmara a funcionar, pagando aos fornecedores as dívidas acumuladas durante anos, retomando empreitadas paralisadas e passando a prestar aos cidadãos um conjunto de serviços que se encontravam ou paralisados, ou a serem prestados com sérias insuficiências. ---

----- Era evidente que o respeito pelas condicionantes do Plano de Saneamento Financeiro, ia obrigar a um grande controlo da despesa que ia ser orçamentada. O BE, pelo seu lado, considerava que esse respeito pela despesa orçamentada tinha de se fazer pelo corte no supérfluo, no despesismo, no desnecessário, mas no respeito pelos direitos dos trabalhadores e no respeito pelos prazos de pagamento aos fornecedores. -

----- O Plano de Saneamento Financeiro consagrava muitas das preocupações e propostas que o BE tinha contempladas no seu programa eleitoral, pelo que se congratulavam com a sua elaboração e aprovação. -----

----- Mas era sobre a problemática do sector empresarial municipal que iria centrar a esta intervenção. -----

----- Desde logo, para saudar o início da reestruturação do sector. O Sr. Presidente da Câmara, na informação escrita, referia a extinção da EMARLIS, a fusão das administrações da SRU Oriental e da SRU Ocidental, e a preparação da fusão das três SRUs e a sua integração numa EPUL reestruturada e recentrada na sua função de urbanizadora e na dinamização da reabilitação urbana. Consideravam que era um início promissor do processo de reestruturação: -----

----- Mas havia algumas questões que lhes motivavam preocupações, a primeira das quais dizia respeito aos trabalhadores da EMARLIS, no aspecto que já ali foi referido e sobre o qual o Sr. Presidente da Câmara já lhes prestara informação, concretamente



o pagamento do salário de Dezembro e o subsídio de Natal, matéria em relação à qual o BE esperava que fosse encontrada, muito rapidamente, uma solução. -----

----- Aliás, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se tinha alguma informação que lhes pudesse prestar sobre a situação desses cinco trabalhadores da EMARLIS, nomeadamente se foram feitos esforços para os colocar noutras entidades da região para as quais o seu *know-how* fosse, e seria certamente, útil. -----

----- Por outro lado, desejava saber qual o calendário previsto para integração das SRUs na tal EPUL reestruturada. -----

----- Mas ainda no domínio do sector empresarial da Câmara tinham outras preocupações que passava a expor. -----

----- Começando pela GEBALIS, disse que, como era sabido e constava do programa eleitoral do Bloco, defendiam a extinção dessa empresa com a passagem das funções de gestão das habitações sociais para a EPUL estruturada, e com a passagem das funções de apoio social para os Serviços Sociais da Câmara. -----

----- E, a propósito, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se lhes podia dar alguma informação sobre os cerca de 60 trabalhadores que durante a campanha eleitoral o então candidato, e hoje Vereador, Dr. Fernando Negrão, acusara o ex-Presidente da Câmara, então também candidato e hoje Vereador, Prof. Carmona Rodrigues, de contratar sem qualquer justificação para a GEBALIS e que o Prof. Carmona Rodrigues esclarecera que contratara por indicação do PSD. Que funções, que trabalhos estavam cometidos a tais trabalhadores admitidos? Isso era algo que a cidade aguardava que fosse cabalmente esclarecido, já que foi publicamente informado durante a campanha eleitoral. -----

----- Por outro lado, também os preocupava a situação da EMEL, muito em especial os contratos que essa empresa firmara com empresas privadas para o desempenho de funções que a ela competiam. Até quando se previa que continuasse essa drenagem para terceiros, de receitas que caberiam à EMEL? Até quando essa entrega injustificada, à gestão privada, do espaço público? -----

----- Também defendiam que era urgente a revogação da deliberação tomada anteriormente, para a criação de mais uma empresa municipal, a LIS-Desporto, deliberação essa que, felizmente, não tivera até agora qualquer concretização no terreno. -----

----- Disse que não eram contra, pelo contrário eram a favor da existência de empresas municipais, sempre que tal se justificasse por ser essa a resposta institucional mais adequada para uma prestação de serviços com mais qualidade aos cidadãos, mas eram contra a proliferação de empresas municipais que não visassem, como fim último, os serviços aos cidadãos, mas tivessem como objectivo a criação de lugares de administração para clientelismo político e a possibilidade de criação de emprego para situações de compadrio político. -----

----- Estas, disse, eram algumas questões que entenderam colocar ao Sr. Presidente da Câmara, no momento em que se encontrava na ordem do dia a importante problemática da reestruturação empresarial no Município de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que este ponto da Ordem de Trabalhos era suposto ser um ponto para se ir fazendo a análise da actuação do Executivo, relativamente às várias áreas que desenvolvia. -----

----- E a primeira nota que queriam deixar era que a informação que era apresentada à Assembleia deveria ser uma informação do Presidente da Câmara. Não estavam com isto a menosprezar a informação que vinha dos serviços, mas era um facto que a informação que era apresentada para discussão era eminentemente política, e sendo eminentemente política devia ter um conteúdo transmitido pelo Presidente e não pelos serviços da Câmara. -----

----- Por outro lado, as intervenções, quer do Sr. Presidente da Câmara, quer do líder da bancada do PS na Assembleia, faziam crer que do passado não havia nada a transmitir à Assembleia, porque nem um nem outro fizeram qualquer referência à actuação da Câmara no último trimestre, quando, efectivamente, era isso que estava a ser discutido. Haviam de ter oportunidade de discutir o Orçamento, mas hoje o que estavam a discutir era a actividade camarária nos últimos três meses, e disso nada foi ali trazido, nem pelo Sr. Presidente da Câmara, nem pelo Grupo Municipal do PS. -----

----- Aliás, o que resultava da intervenção do Deputado Municipal Miguel Coelho, era que os problemas de Lisboa resumiam-se a não haver orçamento participativo, porque a partir do momento em que havia orçamento participativo todos os problemas de Lisboa se resolveriam e deixava de haver problemas. E, se calhar, para esconder a falta de obra e a falta de poder apresentar hoje na Assembleia a actuação positiva que se esperava de uma nova maioria camarária, o PS refugiara-se em iniciativas de carácter internacional e carácter governamental, que nada tinham a ver com a Câmara. -----

----- Disse, depois, que a informação escrita tinha uma deficiência que consistia no facto de omitir qualquer referência à actividade das empresas municipais. Era tradição da Assembleia, e dever da Câmara, transmitir aos Deputados Municipais não só a actividade da própria Câmara e dos Vereadores, mas também das empresas municipais, que cada vez mais desempenhavam um papel fundamental na gestão da cidade. Esta informação escrita era completamente omissa e, por isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que em futuras intervenções escritas passasse a transmitir à Assembleia informação sobre a actuação das empresas municipais. -----

----- Não obstante, não podiam deixar de salientar algumas das áreas que estavam discriminadas pelos serviços da Câmara, e que têm merecido da parte do CDS-PP uma actuação pronta e repetida ao longo do actual mandato. -----

----- Começando pela reorganização dos serviços, disse que o CDS-PP concordava e aplaudia a medida do Executivo em reduzir o número de assessores, situação que há muito também vinham colocando em causa. No entanto, esperavam que no final do mandato pudessem estar ali a avaliar, e aquilo que o Sr. Presidente da Câmara não quisera que entrasse pela porta, não acabasse por entrar pela janela. -----

----- Por outro lado, reduzir o número de assessores e dizer que essa redução representava 60% não chegava, e não chegava porque o que era fundamental era encetar uma reestruturação global de todos os recursos humanos da Câmara, avaliar as verdadeiras necessidades e ver as medidas que deveriam ser ou não adoptadas para

reestruturar esses mesmos serviços. E, nessa área, não encontravam, na informação escrita, qualquer nota da actuação da Câmara Municipal. -----

----- Para além disso, qualquer reestruturação teria que abranger também o sector empresarial municipal, mas também sobre essa matéria nem uma única palavra constava da informação escrita. -----

----- E era fundamental que, além de se aprovar planos de saneamento financeiro, além de se aprovar empréstimos, a Câmara definisse um rumo quanto à articulação das empresas municipais com os próprios serviços camarários que actuassem na mesma área, para evitar duplicações, quer de despesas, quer de meios. -----

----- Mas fundamental também seria que, nestes primeiros meses de mandato, a maioria PS/BE tivesse apresentado uma reorganização dos procedimentos camarários e uma reorganização da actuação da Câmara com cada um dos cidadãos. Todos sabiam a dificuldade, a trapalhada que era chegar a um balcão da Câmara e querer tratar de qualquer assunto. Pedir uma licença, fazer um requerimento, fosse o que fosse, não se conseguia actuar com a Câmara, em tempo útil, tal como ela estava estruturada. Este, portanto, era um primeiro passo que a maioria camarária devia ter dado para resolver muitos dos problemas dos cidadãos, mas também, e acima de tudo, resolver um problema interno que influía nos custos que a Câmara suportava. -----

----- Ainda relativamente à organização dos serviços, disse que era fundamental que houvesse uma articulação com as Juntas de Freguesia, era fundamental reforçar os seus poderes e também era fundamental transferir para elas mais competências e meios. O PS e o BE tinham que compreender que grande parte dos problemas eram melhor resolvidos por quem estava mais perto das populações, ou seja, eram melhor resolvidos pelas Juntas de Freguesia do que pela Câmara. E, por isso, a Câmara deveria assegurar, em tempo útil, a transferência de meios e de competências para a resolução desses problemas. -----

----- Continuando, disse que a gestão do futuro, que o Sr. Presidente da Câmara fizera questão de salientar na sua intervenção, implicava a tomada de medidas de reorganização e de reestruturação dos serviços, e isso já deveria ter sido feito de forma ampla e de forma concreta neste início de mandato. -----

----- Disse que a partir deste momento o Sr. Presidente da Câmara não poderia invocar, sistematicamente, a falta de disponibilidade financeira para não fazer obra e não cumprir aquilo que eram as obrigações que assumira com os cidadãos, e poder fazer face às necessidades, mais que muitas, da cidade. -----

----- Aliás, o Sr. Presidente da Câmara partia, neste início de mandato, com uma premissa muito vantajosa. Utilizara um meio que tinha toda a legitimidade para utilizar, que foi o empréstimo ali aprovado, e com esse ficava liberto de dívidas de períodos anteriores, mas agora tinha sobre si e sobre o Executivo que liderava, toda a responsabilidade de fazer cumprir aquilo que foi o seu programa eleitoral, responder às necessidades dos lisboetas e resolver os problemas que todos sentiam no dia-a-dia. -

----- Referindo-se à questão da segurança de pessoas e bens, disse que, recentemente, foram publicados os números sobre a criminalidade no País e na Cidade de Lisboa, e o seu aumento era facilmente constatável. Contudo, na informação escrita do Sr.

Presidente da Câmara, ou, melhor dizendo, na informação escrita que os serviços transmitiram à Assembleia, nenhuma palavra era dirigida a essa matéria, nenhuma actuação da Câmara nessa área. Existiam bairros e zonas de risco que necessitavam de uma maior presença policial, de forma a garantir a segurança e a liberdade dos seus residentes. -----

----- Referiu que o CDS-PP defendia um policiamento de proximidade, mas a Câmara, durante os seus primeiros quatro meses de mandato, nada apresentava a esse nível, e, por isso, perguntava o que fizera a Câmara no combate à insegurança e à criminalidade. -----

----- Perguntou também qual era, neste momento, a situação do quadro da Polícia Municipal e qual foi a sua evolução no período de em causa na informação dos serviços que o Sr. Presidente da Câmara remetera para a Assembleia, porque nada disso nela era referido. -----

----- No tocante ao ambiente e espaços verdes, disse que Lisboa estava cada vez mais uma cidade com os espaços verdes degradados e com manifesta falta de limpeza, o que estranhavam ainda mais quando o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro foi sempre um grande defensor desses temas. Por isso, não podiam deixar de perguntar por que razão uma actuação tão fraca, quase nula, para aquilo que eram as atribuições da Câmara Municipal e as necessidades dos lisboetas. Quem há poucos meses exigia tanto, como era que conseguia fazer tão pouco quando passara para a governação da Câmara!? Esperavam uma intervenção profunda nessa área, mas nada foi feito até ao momento. A Câmara continuava a desprezar os seus parques e jardins, que estavam cada vez mais abandonados e inseguros. -----

----- Sobre a mobilidade, disse que todos constatavam, diariamente, que o trânsito em Lisboa estava cada vez mais caótico e a falta de estacionamento era uma consequência inevitável dessa situação, pelo que perguntava ao Sr. Presidente da Câmara quantos lugares de estacionamento criara a actual maioria, no período em análise. -----

----- Recordou que na Assembleia Municipal, por iniciativa do CDS-PP, foi aprovada uma Recomendação sobre o funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes, e perguntava o que fizera em particular o Sr. Presidente da Câmara para dar execução à mesma. -----

----- Evidenciar na informação o aumento de autuação e o aumento de receita pela aplicação de coimas não chegava, quando sabiam que o desordenamento do trânsito era mais que muito e a Câmara Municipal não conseguia actuar na sua ordenação. -----

----- Que se reparasse, por exemplo, no comportamento completamente omissivo que a Câmara tivera no que dizia respeito às zonas aprovadas por recomendação da Assembleia, por unanimidade, para que o trânsito fosse reordenado, nomeadamente a Rua Morais Soares e Campo de Ourique. Quatro meses depois, nada tinha sido feito e a situação estava agora mais caótica do que antes. -----

----- Por tudo isso, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que, em primeiro lugar, mudasse o sistema de apresentação da informação escrita e, em segundo lugar, tomasse atenção àquilo que eram as prioridades na Cidade de Lisboa, e pudesse, no próximo trimestre, fazer aquilo que não conseguira nos últimos três meses. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que ao analisarem a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara viam que nela vinha incluída a sua intervenção no debate sobre o Estado da Cidade, que tivera lugar no passado dia 27 de Novembro, não havendo por isso grandes novidades a nível de intervenção pública, pelo que algumas das situações anteriores se mantinham. -----

----- Disse que desejavam voltar a deixar expresso, sobre a questão dos contratos de trabalho, que quando se dizia que se fizera uma distinção entre os verdadeiros contratos de prestação de serviços e verdadeiros contratos de trabalho, devendo estes últimos ser integrados no Quadro de Direito Privado do Município, isso não correspondia verdadeiramente à realidade, pois, como tiveram ocasião de ouvir em anteriores reuniões da Assembleia, houve várias intervenções de trabalhadores sobre as cartas recebidas por funcionários da DSHS, funcionários esses que configuram verdadeiros contratos de trabalho, não tendo sido respeitado esse vago critério, como se queria fazer crer. -----

----- Mais uma vez era mencionada essa situação de uma forma que não reflectia a 100% o que realmente se passava e, principalmente, pela não especificação concreta dos critérios seguidos, mesmo contra os pareceres positivos para a manutenção desses trabalhadores, das chefias directas. -----

----- Referiu que houve uma acção concreta, a de pintura de passadeiras junto a escolas, no início do ano lectivo, e agora uma nova acção de limpeza e recuperação de passadeiras junto a zonas comerciais, que “Os Verdes” gostariam de ver contempladas, em futuras acções desse género, as medidas propostas na sua Recomendação sobre “Segurança Pedonal” aprovada, por unanimidade, na reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia 20 de Novembro, incluindo, inclusive, novos projectos para o Departamento de Segurança Rodoviária e Tráfego, desde a sinalização semafórica, bem como as zebras sobrelevadas em zonas residenciais. -----

----- Passando ao relatório de actividades da informação dos serviços, disse que era com agrado que verificavam que estava em curso a preparação de metodologias para a elaboração de Planos de Acção Local da Agenda 21 Local, tal como também já foi recomendado pelo Grupo Municipal do PEV. Lembravam de novo, ali, o que propunham então à Câmara, esperando ver essas medidas, finalmente, incluídas nesse projecto, a saber: -----

----- - que retomasse, com urgência, o processo de preparação da Agenda 21 Local; ---

----- - que incluísse no Fórum Local 21, membros de cada Grupo da Assembleia Municipal; -----

----- - que apresentasse à Assembleia Municipal, até ao fim de Janeiro de 2008, uma calendarização do processo de elaboração da Agenda 21 Local. -----

----- Contudo, considerando que o processo da Agenda 21 Local incluía tipicamente três grandes fases – (1) o diagnóstico dos problemas existentes através da consulta às comunidades locais, seguida ou antecedida da criação de um fórum ou parceria local para o acompanhamento do processo; (2) a preparação e a implementação de um Plano de Acção e (3) a monitorização e revisão desse Plano de Acção – queriam

destacar a importância da criação daquele Fórum Local 21 e a preocupação por ele não vir mencionado na informação escrita. -----

----- Relativamente à informação fornecida pela Divisão de Imprensa Municipal, disse que verificavam que no período a que reportava esta informação escrita foram produzidos 14 números do Boletim Municipal. -----

----- E “Os Verdes” gostariam de ser esclarecidos se, à semelhança do que sucedera com o Diário da República electrónico, era possível ir-se procedendo a uma redução do número de exemplares impressos, uma vez que este Boletim estava disponível em formato digital na própria página da Internet da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Essa medida poderia envolver uma sondagem junto dos serviços e organizações que recebiam o Boletim Municipal, tentando averiguar a adesão ao formato exclusivamente digital, de modo a que apenas fosse impresso o número de exemplares realmente necessário. Perguntavam se não estariam de acordo que se reduzisse, assim, uma considerável quantidade de papel e os impactos ambientais daí provenientes com essa medida. -----

----- Sobre os Programas Sócio-Educativos do Departamento de Educação e Juventude, a páginas 90, lembravam a importância de ao elaborar propostas se tivesse em conta o que se tinha passado no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular e das Actividades de Apoio à Família, pois essa área tem apresentado diversos problemas, desde a sua inexistência, ao mau funcionamento, passando pela falta de formação adequada dos formadores seleccionados para assegurarem essas actividades de prolongamento, e que se tratava de uma situação a resolver a curto prazo. -----

----- Também as cantinas escolares mereciam especial atenção pois, apesar de várias melhorias ainda havia escolas sem as devidas condições de funcionamento. -----

----- Uma outra situação era-lhes reportada pela Divisão de Gestão de Bibliotecas que dava também uma informação assaz relevante: que o Serviço de Bibliotecas Itinerantes tem estado desactivado. Era com desagrado que verificavam essa situação, sobre a qual entregaram, no dia 7 de Novembro, um requerimento com as seguintes questões que agora voltamos a deixar, na esperança de obter alguma resposta: -----

----- Primeira: confirmava-se que o serviço deixou de ser disponibilizado à população de Lisboa devido à avaria das duas carrinhas que efectuavam esse serviço? -----

----- Segunda: se sim, para quando previa o Executivo a entrada em funcionamento em pleno do importante serviço de divulgação cultural das Bibliotecas Itinerantes em Lisboa? -----

----- Terceira: estava já a terceira viatura a assegurar parte da missão e dos percursos efectuados pelas carrinhas que se encontravam entretanto paradas? Se não, estava o Executivo a considerar essa possibilidade e, se sim, para quando? -----

----- Deixavam ali esta preocupação pois consideravam que esse serviço prestava um bom trabalho, permitindo a consulta e a requisição de obras para leitura domiciliária, divulgando as actividades das bibliotecas junto da população em geral, escolas e outras instituições. Muito estranhavam, por isso, a insuficiente e omissa informação da desactivação desse serviço, sem que se procurassem alternativas de oferta cultural. -

----- E, pela terceira vez, voltavam ali a referir-se a como era possível manter-se a situação do Parque dos Contentores com o lixo amontoado à sua volta, na zona do Paço do Lumiar, e que se vinha arrastando há vários meses? -----

----- Finalmente, sobre a situação da EMARLIS e a intervenção do representante dos trabalhadores, Sr. Miguel Sousa, no período de intervenção do público, nesta reunião, disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa referira-se aos vencimentos de Dezembro e subsídio de Natal desses ex-trabalhadores da EMARLIS, mas sem explicar como iria ser resolvido o seu pagamento, como também não se referira às eventuais diligências conduzidas pelo Executivo camarário para encontrar uma solução favorável à recolocação profissional desses funcionários, tendo em consideração a especificidade dos seus conhecimentos técnicos e o que isso se tornava de gravoso para as suas famílias. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que tal como o Sr. Presidente da Câmara, que não se reportara à informação escrita mas fizera uma intervenção perspectivando já o futuro, também ele ia começar por se referir ao Orçamento e ao Plano, documentos que hoje mesmo lhe foram entregues, e que efectivamente o deixaram preocupado. E deixaram-no preocupado porque, ao contrário daquilo que sempre tinha ouvido dizer que as Juntas de Freguesia iam ter verba semelhante à do ano passado, isso não era verdade. -----

----- De facto, no em 2007 a Câmara dera à Junta de Freguesia de Alcântara 327.306 euros e para 2008 teria 311.497 euros, ou seja, iria ter menos 15.809 euros, pelo que, nessa matéria, não era aquilo que sempre lhe disseram. -----

----- Passando à informação escrita, disse que nas páginas 7 e 8 referia-se a zona ribeirinha e o Alcântara XXI, fazendo-se uma síntese dos antecedentes e o ponto da situação. Mas informava o Sr. Presidente da Câmara que, no anterior Executivo, a Junta de Freguesia de Alcântara, sempre que o Alcântara XXI reunia, estavam lá os urbanizadores, os arquitectos, a própria Câmara, o Metro, e uma série de entidades, foi sempre convidada a estar presente nessas reuniões, que tinham mais ou menos uma periodicidade mensal, e esperava que a Câmara mantivesse essa ligação porque a Junta gostava de ser auscultada sobre aquilo que ali se ia fazer. -----

----- Por outro lado, no Departamento de Património Imobiliário, via-se, a páginas 15, que Alcântara não entrava na reconversão urbanística. Eram sempre Alfama, Castelo, Mouraria, Madragoa, Bica, Bairro Alto e por aí fora. Não tinha nada contra isso, mas era um facto que Alcântara levava sempre zero. -----

----- Mas nas permutas, e isso já o começava a preocupar, aparecia a Piscina do Alvito. De facto, na informação escrita aparecia como estando em preparação, não sabia o que isso queria dizer: “Piscina do Alvito/Encosta da Tapada”. Ora, a Encosta da Tapada pertencia ao Sr. Fernando Martins e ao filho Raul Martins, do Benfica, que estavam na Pedreira do Alvito a fazer um grande empreendimento, paredes meias com essa piscina, pelo que querendo o Atlético também a piscina não sabia como era que aquilo iria ser, se piscina municipal, se piscina do Atlético, ou até se da Encosta da

Tapada SA, para que as pessoas do condomínio depois ali pudessem nadar e os moradores de Alcântara ficavam a ver. -----

----- Mais adiante, na página 18, referia-se: “Proposta de consulta a avaliadores externos, acompanhamento processual, análise dos relatórios e proposta justificativa de valor final da avaliação da Mediateca-Alcântara Rio”. Ora, na Alcântara Rio, que era um condomínio novo, havia uma mediateca que era para ser posta ao serviço da população da zona. Seria que já estavam a tentar negociar?! -----

----- Com isso estava efectivamente preocupado porque ligava essa questão a outra coisa. No Largo do Calvário existia uma videoteca e a Câmara estava a desactivá-la a pouco e pouco, já levava dali grande parte do equipamento para a Praça do Comércio, onde, ao domingo, fazia algumas acções, mas para isso tirava equipamento das videotecas. Chegara-se à situação de terem lá leitores de DVD mas levaram os comandos, pelo que as pessoas, se quisessem, viam o VHS antigo, o que era uma coisa perfeitamente ridícula. Aliás, havia antigamente uma programação relacionada com as escolas, e deixara de haver, como havia, de vez em quando, acções culturais que também deixaram de existir. Portanto, a sua preocupação agora era se a videoteca do Calvário iria desaparecer. -----

----- De resto, lembrava ao Sr. Presidente da Câmara que há uns anos a Promotora ardera, o então Vereador Vasco Franco e ele próprio foram lá e como a Promotora não tinha dinheiro para recuperar o edifício, a Câmara recuperara-o e, como contrapartida, a Promotora cedera um espaço para a videoteca. Se a Câmara entregasse agora essas instalações à Promotora, naturalmente eles ficariam todos contentes porque poriam lá mais um banco. Só que perdia a cidade e perdia a freguesia, pelo que se a Câmara pensasse largar aquelas instalações, que pelo menos a Junta pudesse entrar nisso. -----

----- Sobre as SRUs, disse que pensava que havia três em Lisboa, mas, pelos vistos, havia quatro. É que na página 21 referia-se a SRU do Campo Pequeno. Era uma SRU nova? Era lapso? Era gralha? -----

----- Depois, na página 46, referia-se o plano de pormenor para o Centro de Congressos, na antiga FIL, em Alcântara, e na página 47 igualmente se referia o plano de pormenor para o Alto de Santo Amaro, mas a Junta não conhecia esses planos e gostaria de conhecer. Obviamente não queriam influir na decisão, mas queriam ser informados para que não lhe acontecesse como o marido da outra que era o último a saber. -----

----- Aludindo à expansão do Metropolitano, disse que se falava em tudo menos na Linha Amarela. Seria que a Câmara não estava interessada que a Linha Amarela chegasse a Alcântara? -----

----- Seguidamente, pediu o apoio da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, porquanto era uma Direcção Municipal que lidava com o RECRUA, com o REHABITA, com o RECRIPH, com o SOLARH, para que ajudasse as Juntas, principalmente a sua, a elaborar os processos de candidatura, porque tecnicamente eram complicados. -----

----- Saudou a Câmara por ir revitalizar o mercado de Alcântara pondo lá um supermercado. Isso estava em estudo, a Junta foi ouvida e por isso a saudava. -----



----- Por outro lado, saudava também a Câmara porque o Departamento de Higiene Urbana, mantinha, no âmbito da informação e sensibilização e educação sanitária, as escolas do 1º, 2º e 3º ciclos e jardins-de-infância, porque era aí que teriam que apostar ensinando os mais pequenos a dizer muitas vezes aos próprios pais que não deitassem o papel no lixo mas que o pusessem no sítio certo para que se fizesse a reciclagem como devia ser. -----

----- Mas já achava muito deficiente a parte da gestão do espaço público, onde os arruamentos, os lagos e os candeeiros eram uma lástima. Por exemplo, em Alcântara, havia um candeeiro ao pé de uma escola primária, a Escola do Alto de Santo Amaro e de uma creche, mesmo à porta de um café, cujo nome já indicara nos mais de cinquenta *e-mails* que enviara, candeeiro esse que era daqueles antigos, estava partido e qualquer dia alguma criança encostava-se àquilo e morria. E ficava preocupado com isso porque houve uma sobrinha sua que morrera com o portão da Escola D. João de Castro. Portanto, o portão de uma escola matara a sua sobrinha e só esperava que em Alcântara, à frente de uma outra escola, não houvesse outra tragédia. -----

----- Em termos de alimentação escolar, disse que lamentava que a Câmara não falasse nem pegasse na questão das duas cozinhas, uma da Escola Raul Lino e outra da Escola de Santo Amaro, já que nesta última as crianças estavam a comer em tendas de pano. Nesta altura “morriam” de frio, quando chovia era uma coisa terrível, pelo que esperava que a Câmara pegasse nisso. -----

----- Em matéria de segurança rodoviária, disse que em frente ao Bairro do Cabrinha os semáforos não estavam sincronizados e as pessoas podiam ser atropeladas, mas esperava colocar essa questão ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro, a quem já solicitara uma reunião, como de resto a todos os Srs. Vereadores com excepção do Sr. Vereador das Finanças, mas iria solicitar-lha também. -----

----- Perguntou, ainda, quando se tencionava retirar a passagem pedonal de Alcântara, acrescentando que esperava que fosse rapidamente. -----

----- Disse que segundo se referia na informação escrita a Polícia Municipal visualizara 133.321 infracções, e perguntava se essa instituição tinha capacidade para tratar isso. -----

----- Por fim, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara quando tencionava reunir o Conselho Municipal de Segurança, que era por si presidido, porque esperava que ele rapidamente reunisse. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que registava, com agrado, o facto da Câmara Municipal apresentar a execução financeira já pela segunda vez, porque, sendo um preceito legal exigido, o Executivo anterior na generalidade não o cumpria. E era justamente sobre essa matéria que queria falar. -----

----- Referiu, então, que se confirmava o que sempre disseram em relação ao Orçamento de 2007, de que as receitas estavam subavaliadas. Efectivamente, o que se verificava era que as previsões das receitas dos impostos, que intencionalmente estavam subavaliadas, em 2007 não correspondiam à realidade. Verificava-se um aumento apreciável da receita estrutural na ordem dos 71 milhões de euros, o que era

um aumento enorme que não estava previsto necessariamente no Orçamento e também no Plano de Saneamento Financeiro. -----

----- E porquê? Porque a cobrança de impostos foi realmente excelente em relação ao ano anterior, em termos do IMI, do IMT e da derrama. -----

----- E só para citar um caso referia que em 31 de Outubro a receita dos impostos directos já tinha excedido em 42,2 milhões de euros a cobrança registada em todo o ano de 2006. -----

----- Por outro lado, a taxa de esgotos quase duplicara já que teve um crescimento de 9,3 milhões de euros, o que também acontecera relativamente à venda de bens e serviços que teve um aumento na ordem dos 16 milhões de euros, que correspondiam a um aumento na casa dos 41%. -----

----- Claro que isso não resolvia o problema de fundo da Câmara, mas realmente era um contributo extremamente importante e o Sr. Presidente da Câmara teria que concordar com isso. -----

----- Portanto, eram boas notícias para a Câmara, muito boas notícias mesmo, mas não eram com certeza boas notícias para os lisboetas que tiveram que pagar muito mais impostos. -----

----- Obviamente isso deveria estar reflectido no Orçamento para 2008, mas se esse Orçamento era o mesmo que apresentaram relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, ele estaria naturalmente subavaliado. -----

----- Por último, numa nota sobre o Plano de Actividades e Orçamento, documentos sobre os quais o actual Executivo não tinha responsabilidades, disse que a taxa de execução andava na ordem dos 34%, o que era uma taxa baixíssima. -----

----- Terminadas as intervenções, a **Senhora Presidente** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria usar da palavra, e tendo recebido como resposta que prescindia, abriu a discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO E RECOMENDAÇÃO APRESENTADOS PELA COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO PARQUE MAYER.** -----

----- **Relatório da Comissão Eventual do Parque Mayer** -----

----- “Objectivos do relatório – no cumprimento do mandato que lhe foi conferido pela Assembleia Municipal de Lisboa em 20 de Junho de 2006, a Comissão apresenta o relatório da sua actividade com vista a fundamentar a Recomendação que virá a apresentar ao Plenário. -----

----- Metodologia utilizada – a Comissão procedeu a uma análise do problema através da audição de intervenientes, população interessada e autarcas responsáveis, visitou em conjunto o local e, através dos seus membros ou da comunicação social, auscultou a opinião pública. -----

----- De entre a actividade desenvolvida destacam-se os seguintes passos: -----

----- 1. Visita ao local - A Comissão inteirou-se, in loco, dos problemas do Parque Mayer percorrendo o recinto e colhendo depoimentos dos empresários da restauração e guarda-roupa, que ainda aí exercem actividade. -----

----- Dessa análise detectaram-se os seguintes aspectos e problemas: -----

----- - Precariedade das instalações, algumas em risco de ruína eminente ainda em funcionamento no Parque com graves riscos de segurança e salubridade para os seus utentes. -----

----- - Ambiguidades e desrespeito pelos aspectos contratuais de exploração quer por parte da Câmara, quer por parte da Firma Bragaparques como proprietária do recinto com reflexos no funcionamento das infra-estruturas urbana e do parque de estacionamento. -----

----- - Avaliação e reconhecimento por parte de todos os membros da Comissão do valor patrimonial existente, quer ao nível do edificado, especialmente o representado pelo Capitólio (Cristino da Silva – 1924) quer o natural como o Jardim Botânico e a proximidade do corredor verde que a Avenida da Liberdade pode desempenhar. -----

----- 2. Estacionamento no local – A comissão detectou uma situação de irregularidade na exploração do parque de estacionamento local a cargo da Firma Bragaparques que continuava essa actividade para além do termo da posse da propriedade sem quaisquer contrapartidas financeiras para a Câmara de Lisboa. -----

----- Apesar da saída posterior da Bragaparques do local, permanecem por resolver as contrapartidas financeiras devidas, bem como a situação que parece ter resultado hoje em dia, numa aparente ineficácia da exploração pela ausência da sinalização horizontal e da fiscalização disciplinadora. -----

----- 3. Concessão de exploração do Teatro Variedades – a Comissão tomou conhecimento, por sua iniciativa, das condições contratuais entre a EGEAC e a Firma Utopia – Filmes com vista à exploração do Teatro Variedades no que se refere a prazos, obrigações de recuperação do edifício e responsabilidade de programação. Por lhe parecer que, nomeadamente este último aspecto, poderia conter condições lesivas dos interesses culturais da cidade, a Comissão ouviu em audiência o Vereador responsável pelo Pelouro que prestou esclarecimentos que não terão, contudo, encerrado o processo.” -----

----- **Recomendação da Comissão Eventual do Parque Mayer** -----

----- “Tendo como base o exposto no relatório da Comissão e reafirmando o valor cultural do Parque Mayer e da necessidade de preservação das relações que estabelece, no tecido urbano da cidade com o Príncipe Real, o Jardim Botânico a Avenida da Liberdade e a Colina do Torel, a Comissão recomenda à Câmara Municipal: -----

----- 1. Elaboração urgente mas ponderada de instrumentos de planeamento que definam, sem sujeição exclusiva a aspectos financeiros, qual o futuro daquela zona e inserido no planeamento global da cidade. -----

----- 2. Incremento dos instrumentos de participação que permitam que esse futuro seja amplamente debatido e seja alicerçado numa vontade colectiva livremente expressa. -----

----- 3. A curto prazo haverá que garantir a segurança dos edifícios e o ordenamento do trânsito e do estacionamento do espaço público, assim como as condições mínimas de estabilidade, higiene e conforto do edificado. -----

----- 4. Que sejam assegurados os direitos ou compensações àqueles que ainda hoje habitam ou exercem actividade no Parque Mayer, empresários e trabalhadores. -----

----- 5. Eventual reformulação do contrato EGEAC – Utopia-Filmes com vista à exploração do Teatro Variedades.” -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo do Parque Mayer, começou por fazer uma saudação especial a duas pessoas que se encontravam presentes na bancada destina ao público assistente e que representavam os comerciantes ainda existentes no Parque Mayer, o Sr. Júlio Calçada e a Sra. D. Manuela Novais. -----

----- Entrando na matéria em debate, disse que a Comissão aprovara o Relatório por unanimidade, e fizera um trabalho, durante o ano de 2007, de acompanhamento, inclusive no local, do que se passava verdadeiramente no Parque Mayer. -----

----- E, por isso, o resultado do Relatório era tão só um trabalho em que ouviram os comerciantes, um trabalho em que no local detectaram os problemas reais do Parque Mayer, e onde ouviram também os moradores da zona envolvente e as demais pessoas envolvidas no Parque Mayer. -----

----- Referiu que a análise levantara alguns problemas que hoje ainda persistiam no Parque Mayer, problemas esses que eram a precariedade das instalações e algum risco de ruína eminente nalguns dos espaços. É que dentro do Parque Mayer existiam espaços que podiam continuar a laborar, mas também existiam outros espaços que estavam com graves problemas, nomeadamente no que dizia respeito ao Guarda-Roupa Paiva, uma das empresas mais antigas daquele Parque e mais conceituadas da Cidade de Lisboa, que efectivamente se encontrava num estado que tinha que ser resolvido de imediato até porque estava também a pôr em perigo um restaurante que estava ao seu lado. -----

----- Depois, algumas ambiguidades que tinham a ver com contratos de exploração, quer por parte da Câmara, quer por parte da firma Bragaparques como proprietária do recinto, com reflexos no funcionamento das infra-estruturas urbanas e do parque de estacionamento. -----

----- A avaliação e reconhecimento por parte de todos os membros da Comissão do valor patrimonial existente, quer ao nível do edificado, especialmente aquele que era representado pelo Capitólio, quer ao nível natural como o Jardim Botânico e a proximidade do corredor verde da Av. da Liberdade. -----

----- Por outro lado, a Comissão detectara uma situação de irregularidade na exploração do parque de estacionamento local, a cargo da Bragaparques, que continuara essa actividade para além do termo da posse da propriedade sem quaisquer contrapartidas financeiras para a Câmara Municipal de Lisboa. Alertaram, na altura, o Executivo anterior e a Bragaparques saíra, mas, apesar disso, continuavam por resolver, no entendimento da Comissão, contrapartidas financeiras devidas pelo tempo que o parque de estacionamento esteve em exploração. Hoje em dia não existia eficácia na exploração do parque, não só pela ausência de fiscalização e disciplina do trânsito e do próprio parque, como as características desse parque de estacionamento

serem diferentes das características normais dos outros parques de estacionamento, e por isso aquele local ter que ter uma atenção diferente. -----

----- Foi ainda detectado pela Comissão que haveria um protocolo de exploração para o Teatro Variedades, concedido à empresa Utopia Filmes, que suscitara por parte de alguns membros da Comissão, através de uma audiência ao Sr. Vereador, algumas dúvidas. Não ficaram totalmente esclarecidos e, portanto, esse trabalho que acabara de apresentar dera origem a uma Recomendação à Câmara Municipal. -----

----- Depois de ler a referida Recomendação, atrás integralmente transcrita, disse que o que ia referir a seguir já não era na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo do Parque Mayer mas como Deputado Municipal eleito pelo PSD. -----

----- Disse, então, que queria fazer ali directamente um desafio ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e provar-lhe que era possível e a Câmara e as Juntas de Freguesia de Lisboa trabalharem em conjunto ao prol da cidade. E hoje aquilo que lhe vinha dizer era que havia condições para no entretanto até à obra do Parque Mayer, até à conclusão do concurso de ideias, se fazer mais pelo Parque Mayer com custos baixos, portanto sem que a Câmara tivesse que fazer grandes investimentos. Ele próprio, enquanto Presidente de Junta, e a comunidade envolvente, estavam prontos para ajudar a Câmara a ultrapassar uma série de questões que permitissem viabilizar esse espaço para a cidade. -----

----- Por isso, o desafio que fazia era que o Sr. Presidente da Câmara se sentasse consigo e com as pessoas do Parque Mayer, com a maior brevidade possível, para que lhe pudessem fazer chegar qual era o entendimento que tinham relativamente às soluções imediatas para o Parque Mayer. -----

----- Mas, mais do que isso, vinha pedir-lhe que agendasse, se possível até antes do fim do ano, uma conversa com os comerciantes, trabalhadores e moradores do Parque Mayer para que estes lhe conseguissem fazer chegar mensagens, que considerava de extrema importância, sobre o que ainda se passava e algumas irregularidades que deviam ser conhecidas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, disse que leram e estudaram com atenção o documento elaborado pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer. Efectivamente, esse era um problema que se arrastava há décadas, era uma situação particularmente importante e que poderia ser um grande contributo para a revitalização da zona central de Lisboa, e, nesse sentido, têm desenvolvido esforços para encontrar uma solução de futuro que aproveitasse todo o potencial dessa área. -----

----- Disse que como já foi aprovado em Câmara Municipal, decidiram lançar um concurso de ideias para o Parque Mayer e zona envolvente, incluindo o Jardim Botânico e toda a área edificada que confinava com esse espaço. -----

----- E porquê um concurso de ideias? -----

----- Efectivamente seria possível ter avançado logo para um instrumento de ordenamento do território, nomeadamente para um plano de pormenor. Porém, o Parque Mayer era um espaço de tal modo importante, que tinha uma carga simbólica

tão grande na cidade, que lhes parecera que fazia todo o sentido libertar a imaginação e convidar os cidadãos de Lisboa a reflectirem sobre esse espaço e sobre o papel que ele devia exercer na cidade. -----

----- Por isso, antes de definirem um programa rigoroso com metros quadrados de construção, equipamentos, mais cultura, mais hotelaria, mais habitação ou o que quer que fosse, acharam que fazia todo o sentido estabelecer princípios de vocação para aquele espaço, um espaço com uma função cultural importante, com uma papel na animação da cidade onde a restauração fosse também uma parte importante, um espaço que se deveria articular com o Jardim Botânico e por sua vez integrar também todos os edifícios da antiga Escola Politécnica, portanto ir até à fronteira da Rua da Escola Politécnica, que devia tratar todos os edifícios da Rua do Salitre e Rua da Patriarcal, que hoje eram traseiras, como frentes de edifício para esse grande espaço da cidade. -----

----- Convidar os cidadãos de Lisboa – e não só os arquitectos ou os paisagistas e por isso se chamara concurso aberto de ideias – a pronunciarem-se sobre que uso a dar àquele espaço, e a partir desse concurso de ideias, cujas propostas iam receber durante o mês de Janeiro, fazer então uma reflexão a nível da Câmara, fazer uma reflexão a nível da própria Assembleia Municipal, no sentido de, então sim, definir um programa para o futuro do Parque Mayer. -----

----- Podiam, como referira, ter seguido o caminho inverso: definir o programa e depois fazer um concurso só de arquitectura. Mas pensaram que, efectivamente, era muito mais estimulante para a cidade que esse programa fosse definido depois de uma reflexão. -----

----- Foi isso que lançaram, o concurso tivera uma excelente adesão, tinham inclusive notícia de arquitectos estrangeiros interessados em participar, e pensava que a breve prazo iriam ter ideias estimulantes para o reaproveitamento e revitalização de toda essa área. -----

----- Aliás, era significativo o apoio que tiveram da própria Faculdade de Ciências com o envolvimento directo de representantes dessa Faculdade no próprio júri do concurso. Esta era uma outra vertente que não podiam ignorar, é que se havia um espaço com uma vocação cultural e lúdica forte que era o antigo Parque Mayer, havia também um espaço onde a componente cultural era particularmente importante, nomeadamente os edifícios da antiga Escola Politécnica onde hoje estavam os museus dessa Escola. -----

----- Portanto, era todo este programa que pretendiam desenvolver e que pensavam que seria o plano de pormenor, desenvolvido a partir de meados deste ano com um programa que fosse consensualizado na Câmara e na Assembleia Municipal. -----

----- Isso poderia significar deixar para longo prazo a intervenção directa no Parque Mayer, mas efectivamente não era essa a ideia. Por isso, na próxima Sessão de Câmara seria apresentada uma proposta para a abertura de um concurso para o projecto de reabilitação de edifício do Capitólio, edifício esse que foi pela Câmara apontado como a âncora do relançamento no futuro no Parque Mayer, edifício que tinha um projecto original particularmente interessante, da autoria de Cristino da

Silva, mas que vinha sendo desvirtuado, ao longo de décadas, com acrescentos e alterações que o adulteraram completamente. Portanto, a proposta que estava em cima da mesa era reabilitar o Teatro Capitólio como um espaço para actividades cénicas diversificado, com todos os equipamentos necessários para o tipo de performance que faziam hoje nas artes dos espectáculos, que fosse de facto reabilitado valorizando e reinterpretando o projecto inicial de Cristino da Silva. -----

----- Esse concurso, assim o esperava, seria aprovado na Sessão de Câmara desta semana, e uma vez aprovado seria lançado o concurso para que no final de 2008 início de 2009 se pudessem iniciar as obras de recuperação desse teatro. Para isso inscrevera-se no Orçamento uma verba proveniente do Casino, portanto verbas do jogo com as quais se financiaria a recuperação do teatro. -----

----- Era evidente que arrancando as obras do teatro havia obras de arranjo do espaço público na envolvente imediata, mas essas aí já a desenvolver de acordo com as próprias conclusões que resultassem deste primeiro concurso que já estava a decorrer.-----

----- Por fim, disse que no futuro a ideia era que fosse um grande espaço de cultura e de animação, no caso específico do Parque Mayer articulado com o Jardim Botânico, com a sua envolvente edificada e com os edifícios da Escola Politécnica, portanto que permitisse fazer um espaço urbano muito rico de ligação do vale da Av. da Liberdade até ao Príncipe Real. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, disse que o PS apoiava inteiramente o Relatório e a Recomendação da Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer, e manifestava o seu regozijo porque dois dos pontos da Recomendação, como acabaram agora de constatar e até já o sabiam pela comunicação social e pelos que estiveram presentes na apresentação do concurso de ideias, estavam já a ter resposta da própria Câmara antes da aprovação da Recomendação pela Assembleia. -----

----- O ponto n.º 1 dizia: “Elaboração urgente mas ponderada de instrumentos de planeamento que definam, sem sujeição exclusiva a aspectos financeiros, qual o futuro daquela zona e inserido no planeamento global da cidade.” Ora, como foi ainda agora referido pelo Sr. Vereador Manuel Salgado, a Câmara lançara um concurso público de ideias, que estava decorrer e que acabava a 25 de Janeiro, onde se queria que os arquitectos, paisagistas e outros, apresentassem ideias de uma forma integrada para aquele espaço, com cerca de 15 hectares, tendo a preocupação de o ligar à zona envolvente. Portanto, um projecto sustentável sob todos os pontos de vista: ambiental, cultural, financeiro, etc. E, obviamente, essas ideias levariam, posteriormente, àquilo que todos estavam à espera há muito tempo, que era um plano de pormenor para aquela zona. -----

----- E esse plano de pormenor, no fundo, envolvia o n.º 2 da Recomendação que dizia: “Incremento dos instrumentos de participação que permitam que esse futuro seja amplamente debatido e seja alicerçado numa vontade colectiva livremente expressa.” -----

----- Por outro lado, o PS manifestava também o seu regozijo pelo facto de ser lançado agora o concurso para a reabilitação do Teatro Capitólio que, no fundo, iria ser a âncora de toda a animação cultural que se pretendia para o local. -----

----- Além disso, o PS tinha confiança que os outros pontos da Recomendação tivessem também a mesma aceitação da parte da Câmara, nomeadamente a segurança dos edifícios a curto prazo visto que a obra ainda poderia demorar, embora se pretendesse que estivesse tudo pronto no prazo de dois anos. -----

----- E também que se remediassem as trapalhadas anteriores da Bragaparkes, porque, na altura, tinha ficado assente que os moradores e comerciantes que lá estavam seriam indemnizados por essa empresa, e isso não acontecera. -----

----- Concluiu reiterando que esperavam que à semelhança dos pontos 1 e 2 também os outros pontos fossem aceites pela Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que havia algum atraso na apresentação ao Plenário deste Relatório sobre o Parque Mayer porque a Comissão já visitara há bastantes meses aquele espaço, mas esperavam que muitas das questões estivessem agora já em vias de resolução. -----

----- Desde logo, quanto à situação dos empresários de restauração residentes, como estaria essa situação a ser encarada pela Câmara Municipal? Era uma pergunta que deixavam porque já em situações anteriores eles tinham manifestado angústia face à ausência de resposta por parte da Câmara no anterior mandato, e também da própria Bragaparkes. -----

----- Depois, eram os riscos graves de segurança em alguns locais: prédios com os tectos a cair e com gente a trabalhar lá dentro; instalações eléctricas em restaurantes que eram assustadoras; e também a situação do Guarda-Roupa Paiva, que não sabia se agora continuava a funcionar, mas a maneira como as pessoas estavam a trabalhar lá dentro era bastante má. -----

----- Felizmente que a visita da Comissão e a tomada de posição depois do Presidente da Comissão e da própria Comissão e também da Assembleia, apressara a saída da Bragaparkes daquele espaço, porque era quem estava, em condições que não se conheciam, a explorar o parque de estacionamento. O que gostariam de saber era se a Bragaparkes já entregara as contrapartidas financeiras devidas pela exploração do parque, portanto se a Câmara já tinha sido ressarcida dessa ocupação. -----

----- Por outro lado, como estaria hoje o parque de estacionamento já que as notícias que tinham era que não tem havido melhorias naquele espaço? Inclusive a Comissão detectara, às portas de restaurantes, situações de perigo no próprio piso. -----

----- Disse que o PCP estava de acordo com a Recomendação apresentada pela Comissão, que aprovaram em sede de Comissão. Ficaram também satisfeitos com essa proposta que ia à Câmara para recuperação do Teatro Capitólio, mas queriam colocar com força a questão do Teatro Variedades, porque em relação a esse teatro só por insistência da Comissão lhes foi enviado pelo responsável do Pelouro da Cultura do mandato anterior, o acordo que foi negociado e consertado com a Utopia-Filmes sem abertura de qualquer concurso, o que parecera ilegal à Comissão. -----



----- E esse acordo previa a entrega do 1º andar do Cinema São Jorge, caso houvesse, antes do fim do acordo, obras no Parque Mayer. Ou seja, o acordo previa a entrega do 1º andar do Cinema São Jorge à Utopia-Filmes caso houvesse obras no Parque Mayer, e essa era uma situação que não entendiam e que desde logo combateram. -----

----- Esse acordo ainda estava em vigor? Queriam ali acentuar que a Utopia-Filmes, que assumira a responsabilidade do Teatro Variedades, era pertença do produtor que recentemente “adaptara” um filme que era de João Botelho e deixara de ter realizador. Aliás, um filme pouco recomendável, se era que se podia chamar filme! -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que numa breve intervenção pretendia dar conta de alguma desilusão relativamente ao conteúdo da intervenção do Sr. Vereador, que começara por dizer que tinha tomado boa nota das recomendações da Comissão, e acabara por não responder a alguns dos *items* que a proposta da Comissão expressamente recomendava, e isso justificava a desilusão e as interrogações que se continuavam a colocar, sobre esta matéria, à Comissão Eventual. -----

----- O que era que a Câmara ia fazer para assegurar os direitos, ou compensações, àqueles que ainda hoje habitavam ou exerciam actividade no Parque Mayer, empresários e trabalhadores? Isso precisava ser respondido concretamente. -----

----- O que era que a Câmara ia fazer relativamente à sugestão que era enunciada na Recomendação, em termos da revisão do contrato da EGEAC com a Utopia-Filmes? --

----- Estas, disse, eram matérias que os preocupavam bastante porque do ponto de vista da transparência e da salvaguarda dos direitos eram coisas essenciais. -----

----- Achava uma excelente iniciativa a decisão de abrir um concurso de ideias para o Parque Mayer, concordava com a intervenção da Deputada Municipal Irene Lopes quando referia que isto se inseria, de forma feliz, num dos pontos da Recomendação da Comissão, mas essa felicidade poderia ser torpedeada se a desilusão viesse a ser confirmada nos pontos 4 e 5 dessa mesma Recomendação. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que o PEV também se congratulava com o Relatório, fizeram dele parte na Comissão, e hoje quando olhavam para a Recomendação da Comissão e para a Recomendação que apresentaram na Assembleia em Fevereiro deste ano, perceberam que uma e outra pouco tinham em comum a não ser a questão que dizia respeito aos trabalhadores e às pessoas que exerciam as suas actividades no Parque Mayer. -----

----- Disse que os outros dois pontos da Recomendação que em Fevereiro ali discutiram, não foram contemplados na Recomendação da Comissão e, por isso, era de estranhar, de facto, a votação nessa Recomendação de Fevereiro da parte do PSD e, sobretudo, do BE. -----

----- Um dos pontos ficara já sem efeito porque se exigia que a Câmara diligenciasse no sentido da Bragaparques abandonar o local, e sobre isso desde já perguntava à Câmara se estava a pensar negociar com a Bragaparques para ser ressarcida alguma verba pelo facto dessa empresa ter estado a ocupar o parque de estacionamento desde Agosto de 2006, portanto desde a altura em que foi feita a permuta, até Fevereiro de 2007, altura em que saíra. O que era verdade é que a Bragaparques continuara a

explorar o parque de estacionamento como se ele fosse seu, aparentemente e ao que se sabia sem pagar um centavo sequer à Câmara Municipal, e, portanto, seria bom que se soubesse se a Bragaparcos iria pagar alguma coisa à Câmara por esse período em que abusivamente ocupava o parque de estacionamento. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação o Relatório e a Recomendação apresentados pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Parque Mayer, tendo a Assembleia deliberados aprovar os dois documentos, por unanimidade. -----

----- **PONTO 3 – ELEIÇÃO DE 1 REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (CA) DA ELABORAÇÃO E DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM), DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 7º DA PORTARIA N.º 1474/2007, DE 16 DE NOVEMBRO.** -----

----- Proposta de eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal (PDM) -----

----- Maria Irene dos Santos Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina. -----

----- Nesta altura, a **Senhora Presidente** deu nota dos resultados da votação, por escrutínio secreto, que decorrerá em paralelo com os trabalhos do Plenário, para a eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal (PDM), que decorrerá em paralelo com os trabalhos do Plenário, que foi a seguinte: -----

----- Descargas na lista de presenças .....	92	-----
----- Votos entrados da urna .....	92	-----
----- Votos a favor .....	58	-----
----- Votos contra .....	12	-----
----- Votos brancos .....	8	-----
----- Abstencões .....	13	-----
----- Votos nulos .....	1	-----

----- Face aos resultados desta votação, proclamou eleita a Deputada Municipal Maria Irene dos Santos Lopes, do PS, para integrar a Comissão de Acompanhamento (CA) da Elaboração e da Revisão do Plano Director Municipal (PDM). -----

----- Seguidamente informou que os pontos 4, 5 e 6, por deliberação da Conferência de Representantes, baixaram à Comissão, deliberação essa que foi ratificada pela Assembleia, por unanimidade. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 458/2007 – APROVAR A AUTORIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO, SOB A FORMA DE HASTA PÚBLICA, DO PRÉDIO MUNICIPAL, SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO N.º 25 – 25 A, (P.º P.º N.º 22/DPI/2007), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 458/2007 -----

----- “Considerando que: -----

----- Compete à Câmara, como Órgão de gestão do Município, proceder a uma correcta definição do uso dos bens móveis e imóveis de sua pertença; -----

----- A alienação de activos que sejam dispensáveis para o exercício das competências que lhe são cometidas por lei, pode constituir uma medida que se mostre adequada, face à situação financeira existente, a que urge dar solução; -----

----- A existência de um imóvel municipal, actualmente sem ocupação, que é passível de alienação em condições vantajosas, face à sua situação geográfica e condições construtivas e de valia arquitectónicas próprias; -----

----- O prédio – imóvel sito à Rua Alexandre Herculano n.º 25 -25A – apenas fazendo parte do “Conjunto Edificado do Inventário do Património Municipal” anexo ao PDM (Frente de Quarteirão/ Rua Alexandre Herculano, 15 -29; Avenida da Liberdade, 229), reúne características que aconselham cuidados especiais no seu uso, conservação e manutenção, melhor explicitadas nas condições especiais; -----

----- A alienação por hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, da imparcialidade e da transparência da actividade e do procedimento administrativo. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 64.º, n.º 6, alínea a) e 53.º, n.º 2, alínea i), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal: -----

----- 1. A autorização da alienação, sob a forma de hasta pública, do prédio municipal, sito à Rua Alexandre Herculano n.º 25 – 25A, com a área de 478,18 m<sup>2</sup>, demarcado à cor verde na cópia da Planta n.º 07/040/02 do Departamento do Património Imobiliário, descrito na 5.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 2912 do Livro B-8 e inscrito sob o artigo urbano 416. -----

----- 2. A determinação, como preço base de licitação, do valor de 3.185.000,00 € (três milhões, cento e oitenta e cinco mil euros), devendo a alienação respeitar as Condições Gerais e Especiais constantes do documento anexo, que constitui parte integrante desta Proposta; -----

----- 3. O condicionamento da eficácia da presente proposta à verificação da autorização do procedimento de alienação em hasta pública pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR, I.P) nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 35.º, 37.º e 113.º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural), e dos artigos 4.º a 7.º do Decreto n.º 20:985, de 7 de Março de 1932; -----

----- 4. Caso a Câmara venha a aprovar projecto que contemple aumento de edificabilidade do prédio alienado, em relação às condições da presente hasta pública, haverá lugar a ajustamento do preço que dela resulte, através da aplicação de um valor que terá por base o valor unitário/m<sup>2</sup> nesta praticado, actualizado de acordo com o

coeficiente resultante da Portaria de desvalorização da moeda, vigente ao tempo da emissão da respectiva licença. -----  
----- Processo Privativo n.º 22/DPI/07.” -----  
----- (A justificação do valor base de licitação e as condições gerais da hasta pública, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam anexas à proposta, devidamente arquivadas nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.) -----  
----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação da proposta, depois de referir que esta era uma das primeiras para alienação de património, disse que foi escolhido o método da hasta pública e havia um conjunto de requisitos, nomeadamente manterem-se as características do imóvel. Tratava-se de um imóvel localizado na Rua Alexandre Herculano n.º 25, um Prémio Valmor e por isso havia um conjunto de recomendações para a sua manutenção. -----  
----- Havia uma recomendação/obrigação, que constava da proposta, que podia ser contraditória com a própria obrigatoriedade de não haver alteração significativa no imóvel, que era a proposta de que se por acaso houvesse alteração o comprador teria que indemnizar o Município na mesma proporção. -----  
----- Por que era que isso constava da proposta? Porque poderia acontecer um incêndio, um terramoto, etc., e ter que se refazer. Portanto, valia a pena que tivessem essa norma que, aliás, pretendia manter em todos os concursos futuros. -----  
----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que sempre manifestaram júbilo quando o Executivo trazia à Assembleia Municipal uma proposta de hasta pública, e sempre manifestaram apreensão e repulsa pela prática alternativa das permutas, por entenderem e reconhecerem as virtudes da regra tradicional e pura de comprar em concurso público e vender em hasta pública. -----  
----- Seria, portanto, de aceitação plena a proposta 458/2007 se não fosse a perversidade do ponto quatro e da aceitação da possibilidade do aumento da edificabilidade do Prémio Valmor a alienar, porque se quebrava aí o saudável princípio de que, quer quem comprava, quer quem vendia, conhecer com exactidão aquilo que transaccionava. -----  
----- E para respeito por esse princípio bastaria que nas condições da hasta pública fossem transcritas as condicionantes que sobre o imóvel recaíam, vindas dos instrumentos de planeamento em vigor. Seria de elementar prudência fazê-lo para que a operação não coubesse no domínio do arbítrio. Podiam imaginar o que seria o filme do proprietário querer mais a Câmara dizer que não, o proprietário insistir a Câmara voltar a dizer que não, portanto parecia-lhe de elementar prudência que as condições de alteração do edifício figurassem nas condições da hasta pública. -----  
----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que apenas queria enfatizar aquilo que era uma posição bastante antiga do CDS-PP em relação à questão da alienação do imóvel. -----  
----- O que era fundamental para uma política correcta de rentabilização, valorização e gestão do imóvel, era o estabelecimento de uma política, de um plano que incluísse, entre outras coisas, um levantamento exaustivo do património da Câmara e da sua utilização, utilização essa integrada, obviamente, naquilo que vinham também

exigindo que era a reformulação de toda a distribuição dos serviços da Câmara Municipal, da forma como a Câmara utilizava os seus espaços para alojar os seus serviços. -----

----- Essa seria, de facto, a única forma para encontrar utilizações mais adequadas para as largas dezenas de edifícios da Câmara, e a alienação pontual deles, por muito bom negócio que pudesse parecer – e este, para já, não lhe suscitava quaisquer dúvida muito especial em relação à valorização que era realizada – continuava sempre a deixar-lhes aquela sensação de que poderia haver outra melhor utilização para esse espaço, que poderia haver outro local mais adequado à alienação imediata no sentido de realizar numerário e, portanto, ficavam sempre naquela situação de que era um facto consumado, era algo de irreversível. Poderiam descobrir depois que fizeram uma asneira mas não havia nada a fazer. Era algo que se vinha arrastando do passado, era algo com que continuavam a não se sentir confortáveis. -----

----- Como tal, o CDS-PP abster-se-ia na votação desta proposta, como se absteria em todas aquelas que tivessem por objecto a alienação avulsa de imobilizado. -----

----- Continuavam a insistir que era fundamental a elaboração de uma política de gestão e valorização do património. Até lá continuariam a ser colocados perante uma política de facto consumado e a sujeitarem-se, provavelmente, a cometer erros que depois seriam irreparáveis. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substituía a Sra. Presidente, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 458/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS e BE, votos contra do PCP e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 469/2007 – APROVAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO À CONTRATACÃO DA AQUISIÇÃO DE PRESTACÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E FORNECIMENTO DE MEIOS DE VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA NECESSÁRIOS AOS VÁRIOS SERVIÇOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DOS ART.ºS 18.º E 22.º DO DEC-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º1 DO ART. 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 469/2007 -----

----- “Considerando que: -----

----- O processo de concurso n.º 3/DMSC-DA/07 lançado, no âmbito do projecto municipal para a “Gestão Centralizada de Bens Móveis e Serviços” para a categoria “Vigilância e Segurança de Instalações Municipais”, com vista à contratação de serviços de vigilância e fornecimento de meios de vigilância electrónica para os diversos edifícios e instalações municipais, englobava as instalações Espaço Municipal da Flamengo (E.01), Escola de Artes e Ofícios Tradicionais (E.02), Palácio dos Machadinhos (E.03), Casa da Cultura Cigana (E.04), Quinta Pedagógica (E.05) e Espaço da Juventude no Bairro Alto (E.06), que constituíam o Lote E daquele

procedimento concursal, o qual não foi adjudicado nos termos e com fundamento no disposto no artigo 57º, nº 1, alínea a) do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, atenta a inaceitabilidade de todas as propostas apresentadas pelos concorrentes para aquele Lote, conforme Deliberação nº 8/CA/2007 de 2007/06/14, de que se junta fotocópia em anexo; -----

----- A Deliberação acima referida determinava, nos termos e com fundamento no artigo 83.º, alínea a) do Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a adopção do procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio com vista à contratação dos serviços supra mencionados, procedimento a que, atento o cenário de funcionamento de então, não pode ser dada a devida sequência; -----

----- Ainda assim, a adopção do procedimento por negociação com publicação prévia de anúncio se encontra, neste momento, afastada uma vez que, por motivos que decorrem da dinâmica de funcionamento das diversas áreas da actividade municipal, os requisitos constantes no concurso nº. 3/DMSC-DA/2007 para algumas das instalações que integravam o denominado Lote E foram alterados e, bem assim, sobreveio a necessidade de abranger outras instalações não previstas naquele concurso, circunstâncias estas que implicam alterações substanciais às condições iniciais do Caderno de Encargos; -----

----- Se torna, portanto, necessário assegurar a contratação dos serviços de vigilância e segurança para as instalações municipais em questão e com um prazo de duração de 1 de Fevereiro de 2008 a 30 de Junho de 2009, prazo este que poderá ser prorrogado por um período máximo de doze meses, de 1 de Julho de 2009 a 30 de Junho de 2010; ----

----- O valor estimado para a contratação da prestação de serviços para o período e prorrogação acima referidos, importa no montante estimado de 774.000,00 euros, montante ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor; -----

----- É aplicável o *concurso público* quando o valor do contrato seja igual ou superior a 125 mil euros, nos termos do disposto no artigo 80º, nº. 1 e se encontre abrangido pelo disposto no artigo 191º, nº. 3, ambos do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho; --

----- O concurso *sub judice* terá por objecto a prestação de serviços de vigilância e fornecimento de meios de vigilância electrónica necessários as várias instalações municipais descritas no Anexo II e nos termos constantes do Anexo IV e Clausulas Técnicas do Caderno de Encargos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Aprovar a escolha do Concurso Público como procedimento destinado à contratação da aquisição da prestação de serviços de vigilância e fornecimento de meios de vigilância electrónica necessários aos vários serviços municipais, com fundamento no disposto nos artigos 80º, nº. 1 e 191.º, nº. 3, ambos do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho; -----

----- 2. Aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, constantes em anexo à presente Proposta, como peças do procedimento concursal; -----

----- 3. Designar, nos termos estipulados no artigo 90º do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, o Júri do Concurso a quem competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

----- - Membros Efectivos: -----  
 ----- Presidente – Ana Luísa Lucas da Silva; -----  
 ----- 1º. Vogal – Tatiana Duarte Santos Silva; -----  
 ----- 2º. Vogal – Fátima Maria Fernandes Barreto; -----  
 ----- - Membros Suplentes: -----  
 ----- 1º. Vogal – Maria da Glória Sarmento; -----  
 ----- 2º. Vogal – José Luís Gomes. -----  
 ----- O 1º Vogal efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos. -----  
 ----- O Júri poderá, para o efeito, solicitar apoio técnico à Equipa de Projecto “Gestão centralizada de aprovisionamentos de bens e serviços”, ao abrigo do disposto no artigo 92º, nº1 do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho. -----  
 ----- 4. Delegar, nos termos e para efeitos do artigo 108º do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de Junho, no Júri do Concurso acima designado competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes se tal for necessário. -----  
 ----- 5. Submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos dos artigos 18º, nº. 1, alínea b) e 22º do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de Junho, conjugado com o artigo 11º, nºs. 4.1 e 4.2 do Regulamento do Orçamento em vigor, a repartição do encargo total com a aquisição, que se estima, para 1 de Fevereiro de 2008 a 30 de Junho de 2009, em 544.500,00 euros (IVA incluído) e se irá enquadrar na classificação orçamental 02.00/02.02.18, nos seguintes moldes: -----

Contratação para 1 Fev 08 a 30 Jun 09	Despesa estimada s/IVA	Despesa estimada c/IVA
2008	264.705,88	320.294,12
2009	185.294,12	224.205,88
Total da despesa	450.000,00	544,500,00

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que momentaneamente substituí a Sra. Presidente, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 469/2007, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD e BE. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- Seguidamente, o **Senhor Primeiro Secretário**, em nome da Sra. Presidente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 18, pelas 15 horas, sendo antecedida do tradicional Almoço de Natal para o qual os Senhores Deputados Municipais estavam desde já convidados pela Sra. Presidente. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- A PRESIDENTE -----